



RESOLUÇÃO Nº 607, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais
- Licenciatura do Câmpus de Naviraí.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no Processo nº 23104.000090/2009-12, resolve, **ad referendum**:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura do Câmpus de Naviraí, nos termos do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º O referido curso, em respeito às normas superiores pertinentes à integralização curricular, obedecerá aos seguintes indicativos:

I - carga horária mínima:

a) mínima do CNE: 3.200 horas; e

b) mínima UFMS: 3.200 horas.

II - tempo de duração:

a) proposto para integralização curricular: oito semestres;

b) mínimo CNE: oito semestres; e

c) máximo UFMS: doze semestres.

III - turno de funcionamento: noturno e sábado pela manhã e tarde.

Art. 3º O Projeto Pedagógico será implantado a partir do primeiro semestre do ano letivo de 2020 para todos os acadêmicos, nos termos da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016; e da Resolução nº 16, Cograd, de 16 de janeiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas, a partir de 17 de fevereiro de 2020:

I - a Resolução nº 16, de 15 de fevereiro de 2011;

II - a Resolução nº nº 674, de 9 de dezembro de 2014; e

III - a Resolução nº 575, de 30 de novembro de 2018.

Art 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Costa Argemom Vieira, Pró-Reitor(a), Substituto(a)**, em 12/11/2019, às 09:21, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1613077** e o código CRC **1519A982**.

CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000156/2019-46

SEI nº 1613077





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: CIÊNCIAS SOCIAIS

1.2. Código E-mec: 121796

1.3. Habilitação: Não se aplica

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Licenciatura

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 8 Semestres

b) Mínimo CNE: 8 Semestres

c) Máximo UFMS: 12 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3200 Horas

b) Mínima UFMS: 3200 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 40 vagas

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Turno de Funcionamento: Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde

1.12. Local (Endereço) de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: CÂMPUS DE NAVIRAÍ

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso: Câmpus de Naviraí (CPNV), Rodovia MS 141, Km 04, Saída para Ivinhema – Naviraí - MS. CEP: 79950-000

1.13. Forma de ingresso: As Formas de Ingresso são regidas pela Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, (Capítulo IV – art.34), conforme segue: I - processos seletivos para portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, sendo eles: a) Sistema de Seleção Unificada; b) Vestibular; c) Programa de Avaliação Seriada Seletiva; d) Seleção para Vagas remanescentes; e e) Seleção para Portadores de visto de refugiado, visto humanitário ou visto de reunião familiar. II - convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com outros países para portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente; III - processos seletivos para portadores de diploma de curso de graduação, condicionado à existência de vagas; IV - matrícula cortesia, para estrangeiros que estejam em missões diplomáticas ou atuem em repartições consulares e organismos internacionais e seus dependentes, independentemente da existência de vagas, conforme legislação específica; V - processo seletivo para transferência de estudantes regulares de





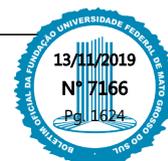
Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

outras instituições nacionais de ensino superior, para cursos da mesma área de conhecimento, e condicionado à existência de vagas; VI - transferência compulsória de estudantes de outras instituições nacionais de ensino superior, para cursos da mesma área de conhecimento, independentemente da existência de vagas, conforme legislação específica; VII – seleção para movimentação interna de estudantes regulares da UFMS para mudança de curso, condicionado à existência de vagas; VIII - permuta interna para troca permanente entre estudantes do mesmo curso no âmbito da UFMS; IX - convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com instituições nacionais ou internacionais de ensino, para mobilidade de estudantes regulares de outras instituições; X - matrícula para complementação de estudos, para os candidatos que optaram por revalidar o diploma na UFMS, de acordo com a legislação específica; e XI – seleção de reingresso para os estudantes excluídos que tenham interesse em dar continuidade aos estudos no mesmo curso, habilitação, modalidade, turno e Unidade de origem, condicionado à existência de vagas. Os critérios e procedimentos que regulamentam o ingresso são definidos em Regulamentos e em editais específicos, condicionado à existência de vagas e as especificidades dos cursos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, implantado na UFMS no primeiro semestre de 2009, teve sua criação e implantação aprovadas pela Resolução nº 65, Coun, de 28 de agosto de 2008. Além desse marco intra-institucional, baseia-se também nas seguintes leis e normativas:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 - Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
 - Portaria nº 1.428, MEC, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior (IES), de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial;
 - Portaria nº 190, MEC, de 1º de outubro de 2012, publicada no DOU nº 192 de 30/10/12, que Reconheceu o Curso de Ciências Sociais do Câmpus de Naviraí;
 - Portaria MEC nº 1097 de 24 de dezembro de 2015, publicada no DOU nº 249 de 30/12/15, que Renovou o Reconhecimento do Curso de Ciências Sociais do Câmpus de Naviraí.
 - Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
 - Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
 - Resolução nº 2, CNE/CP, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
 - Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
 - Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
 - Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.
 - Resolução nº 35, Conselho Universitário (Coun), de 13 de maio de 2011, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 93, Coun, de 5 de dezembro de 2014, que altera o art. 39 da Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011;
 - Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
 - Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE, dos cursos de graduação da UFMS;;
 - Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;

- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem origem com a criação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do Ensino Superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses Cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro Curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 1º de janeiro de 2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005.

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam a Escola de Administração e Negócios (Esan), a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), a Faculdade de Ciências Humanas (Fach), a Faculdade de Computação (Facom), a Faculdade de Educação (Faed), a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), a Faculdade de Medicina (Famed), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), a Faculdade de Odontologia (Faodo), a Faculdade de Direito (Fadir), o Instituto de Biociências (Inbio), o Instituto de Física (Infi), o Instituto Integrado de Saúde (Inisa), o Instituto de Matemática (Inma) e o Instituto de Química (Inqui), a UFMS mantém nove câmpus nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Em consonância com essas demandas, a UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação englobam especializações e programas de mestrado e doutorado.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

O Campus de Naviraí (CPNV) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) nasceu com o processo de expansão do Ensino Superior no Brasil, inserido no contexto da implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), estabelecido pelo Governo Federal. No ano de 2008, a UFMS firmou um acordo com o Ministério da Educação (MEC) para a expansão das vagas e dos cursos oferecidos pela Universidade por meio da adesão ao Reuni. Fazia parte das metas do mencionado acordo a implantação de três campi no interior do Estado, sendo um deles em Naviraí cuja viabilização se deu pela parceria entre a UFMS e a Prefeitura Municipal de Naviraí, responsável pela doação do terreno para construção das instalações do CPNV e cedência de espaços provisórios e funcionários para o início das atividades.

Para a implantação do Câmpus, diversos elementos socioeconômicos da região foram levados em consideração. O destaque regional e a potencialidade educacional do município, que já estava contemplado com uma unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), marcaram o bom êxito do início do CPNV.

Por meio de estudos detectou-se a necessidade local pela formação de professores para atuar na Educação Básica, sendo, portanto, solicitados inicialmente o Curso de Pedagogia, voltado para a atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e o Curso de Ciências Sociais para atuar no Ensino Médio.

Em 5 fevereiro de 2009, na Escola Municipal Marechal Rondon, iniciaram as aulas do Câmpus de Naviraí, mediante parceria com a Prefeitura Municipal que contribuiu para a operacionalização do início dos trabalhos acadêmicos, concedendo salas de aula e disponibilizando recursos humanos, tecnológicos e didáticos. Em 30 de março de 2010, o CPNV inaugurou sua sede própria, situada à Rodovia MS 141, Km 2, saída para Ivinhema, oferecendo toda a infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho, tanto acadêmico quanto administrativo.

Atualmente, o CPNV dispõe da seguinte estrutura física: - Bloco I, dois pavimentos térreos com: 8 salas de aulas, 1 auditório, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, 9 salas para docentes, 1 Coordenação de Gestão Acadêmica, 1 secretaria administrativa, 1 cantina, 1 área de convivência coberta; - Bloco II, prédio com dois pavimentos (térreo e superior): 12 salas de aula, 3 secretarias, 1 copa, 1 área de convivência.

No primeiro semestre de 2016, após estudos e pesquisas realizadas, foi aprovada a implantação do Curso de Administração no CPNV, com início em 2017. Neste mesmo ano, também iniciou-se o Curso de pós-graduação **lato sensu** MBA em Gestão de Negócios.

A partir de 2017, a Unidade intensificou o trabalho para a implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, um anseio da comunidade local e regional na busca por constituir-se como polo de ensino superior, com início da primeira turma no primeiro semestre de 2020. Dessa forma, em um processo constante de ampliação e fortalecimento, desde 2009 o Câmpus de Naviraí tem participado ativamente da formação inicial e continuada da comunidade naviraiense, inserindo profissionais em diversos setores do mercado de trabalho.

Os cursos de graduação, frente ao trabalho e comprometimento com a qualificação profissional e o debate acadêmico, vêm promovendo diversos eventos, alguns deles já institucionalizados no Câmpus de Naviraí. Diversos outros projetos e ações têm sido desenvolvidos ao longo dos anos no CPNV, o que tem mostrado a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão e também têm oportunizado a permanência dos acadêmicos mediante bolsas e auxílios.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais foi implantado no Câmpus de Naviraí/UFMS no primeiro semestre de 2009. Sua implantação deu-se com vistas a suprir as necessidades de profissionais habilitados para atuar na Educação Básica, principalmente na





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

região do Conesul do Estado de Mato Grosso do Sul.

O primeiro vestibular do curso foi ofertado no vestibular de verão de 2009, com a relação de 1,12 candidatos por vaga, sendo que para as 60 vagas foram inscritos 67 candidatos. O curso foi instalado inicialmente na Escola Municipal Marechal Rondon, localizada na Avenida Caarapó, nº 900 – Naviraí, MS.

Com a inauguração do prédio do câmpus de Naviraí, em 30 de março de 2010, as atividades específicas do curso passaram a ser desenvolvidas no espaço do referido câmpus, situado no km 2 da Rodovia MS 141.

Durante o primeiro semestre do ano de 2009, quando de sua implantação, o curso fora operacionalizado com docentes cedidos pelo município de Naviraí, sendo que a partir do segundo semestre as aulas foram compartilhadas entre docentes cedidos e concursados e no ano de 2010 as aulas passaram a ser ministradas por professores concursados.

O primeiro concurso, realizado em 2009, efetivou, inicialmente, três docentes, sendo que na sequência, em 2010, visando melhorar o atendimento aos estudantes, mais um docente fora efetivado, passando assim a ser operacionalizado por quatro professores efetivos. Em 2019 o curso conta com 8 professores efetivos, atuando em sala de aula e em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Todos os professores efetivos são doutores na área do curso e/ou áreas afins.

No ano de 2012, o Curso recebeu a Comissão nomeada pelo MEC que procedeu a avaliação com vistas ao seu reconhecimento, ato que aconteceu oficialmente por meio da Portaria MEC nº 190, de 1º/10/2012, com conceito 4. Em 2015, por meio da Portaria MEC nº 1097 de 24/12/2015, o Curso Ciências Sociais teve seu reconhecimento renovado automaticamente pelo MEC.

O Curso de Ciências Sociais do câmpus de Naviraí conta com trinta e oito (72) acadêmicos egressos, em sua maioria atuando como docentes na Educação Básica e/ou continuando sua formação acadêmica, especializando-se em cursos de mestrado.

Vale ressaltar que além da formação acadêmica aos graduandos, o Curso de Ciências Sociais tem uma relevante atuação no desenvolvimento de projetos/ações/extensões que visam a capacitação em serviço dos professores de modo geral, que atuam na educação básica. Esses projetos visam oferecer subsídios para uma atuação mais efetiva dos docentes da rede no que se refere às questões que envolvem a dinâmica da sociedade.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

De acordo com dados do IBGE, o município de Naviraí conta com aproximadamente 54.878 habitantes, seguindo estimativa feita pelo órgão para o de 2019. A cidade ocupa uma área de 3.163 Km². O índice de desenvolvimento humano (IDHM) da cidade é de 0,700 (Alto), que é levemente superior ao IDH nacional, que é de 0,699 (dados de 2010).

Segundo dados do IBGE (2018), o senso escolar de 2015 apontou que a cidade contabilizava 7.151 matrículas no Ensino Fundamental, 1.789 matrículas no Ensino Médio, 1.323 matrículas no ensino pré-escolar, sendo que, 92,85% das vagas dos três níveis de ensino são oferecidas por escolas públicas.

Quanto à economia, a região de Naviraí possui uma vocação voltada para atividades agroindustriais, serviços e serviços públicos. O setor de agronegócio compreende diversas indústrias do setor sucroalcooleiro, abate de aves, bovinos e suínos. Além disso, conta atualmente com uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais de pequeno, médio e grande porte, associados a setores como hotelaria e indústrias de variados ramos de atividades, algumas com relevância estadual e nacional. Por fim, a cidade de Naviraí e região contam com aproximadamente 6.000 servidores públicos.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

A cidade de Naviraí está localizada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, convergindo para si a responsabilidade de ser cidade polo de um território denominado de “Conesul”. A cidade é integrante da microrregião denominada Iguatemi, formada pelos municípios de: Angélica; Coronel Sapucaia; Deodápolis; Eldorado; Glória de Dourados; Iguatemi; Itaquiraí; Ivinhema; Japorã; Jateí; Mundo Novo; Naviraí; Novo Horizonte do Sul; Paranhos; Sete Quedas; e Juti.

O município de Naviraí possui uma área total de 3.163km², que equivale a 14,47% da microrregião e 1.09% do total do estado. Em relação à área territorial, os 16 municípios que abrangem a microrregião possuem uma área total de 22.446,777 km², cuja população, em 2019, foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 243.598 habitantes.

O Produto Interno Bruto (PIB) da microrregião do Iguatemi somado é de R\$476.920 **per capita** (IBGE:2016). De acordo com Pereira et al (2017: p.25), a média calculada do IDHM da microrregião, em 2010, último ano levantado pelo IBGE, resultou num índice de 0,381 no ano de 1991 e de 0,653 para o ano de 2010. Desta forma, podemos perceber que a região teve um crescimento de 71%, neste período. Esse crescimento é superior ao que observa no Estado do MS (49,39%) e no Brasil (47,46%). A dimensão da educação foi a principal responsável pelo crescimento do indicador no período compreendido entre 1991 e 2010.

De acordo com as informações do IBGE (2019), dados de 2017, as escolas da microrregião de Iguatemi disponibilizaram 38.955 vagas no Ensino Fundamental e 8.645 vagas para o Ensino Médio. Os dados mais recentes relativos às taxas de escolarização, entre 06 a 14 anos de idade, são de 2010, segundo o IBGE, e variaram entre 99,8%, em Glória de Dourados, e 84%, em Sapucaia - alcançando a média de 89,65%.

Outra informação relevante é o número de terras indígenas na microrregião. O estado concentra 61 áreas de terras indígenas, dentre as 676 áreas presentes no Brasil (FUNAI, 2017). Segundo Pereira *et al* (2017), a microrregião do Iguatemi possui 20 terras indígenas tradicionalmente ocupadas. As áreas indígenas trazem para a região uma grande diversidade cultural. Tal diversidade é um importante campo de trabalho e pesquisa de profissionais das Ciências Sociais, em especial, no que diz respeito à identificação e defesa de patrimônios imateriais na região.

Os dados do IBGE (2016), referentes a 2012, mostraram que 54% dos trabalhadores da cidade Naviraí e Região estão lotados em empresas do setor de serviços, 22,01% no setor de agronegócios e 24% na indústria. Por outro lado, aproximadamente 6.200 pessoas ocupam cargos públicos na cidade e região de Naviraí.

O Curso de Ciências Sociais do Campus de Naviraí, em virtude de estar localizado em um polo educacional regional de grande importância geopolítica para o país, tem um enorme potencial de impactar a região. Os estudantes são preparados para o pensamento crítico voltado para dimensões sociais, culturais e políticas, em especial, por meio do desenvolvimento de pesquisas na área social, estágios em instituições de ensino, minicursos, ações de extensão e atividades complementares diversas.

Desta forma, o Curso de Ciências Sociais do CPNV tem significativo impacto na formação de docentes para o ensino médio para a microrregião de Iguatemi, além de contribuir para a formação de profissionais de gestão pública, aptos ao trabalho em prefeituras, câmaras municipais e em atividades de assessoria junto a empresas privadas, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e fundações de planejamento, consultoria e pesquisa social.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

A educação superior vem sofrendo transformações que desafiam os profissionais e instituições da área, onde verifica-se na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições do exercício profissional, a necessidade de um profissional participativo e com qualificação dinâmica e constante para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Com as propostas do Reuni e seu plano de expansão e a redefinição do currículo





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

básico que inclui a disciplina de Ciências Sociais em seus projetos pedagógicos, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais vem preencher as lacunas existentes nas Redes de Ensino, colaborando, além do atendimento ao mercado de trabalho, na colaboração da formação de cidadãos críticos e conscientes.

Naviraí está localizada na Mesorregião do Suldoeste de Mato Grosso do Sul, que é composta por 38 municípios. Faz parte ainda da microrregião de Iguatemi, composta por 16 municípios. No que tange ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em toda a mesorregião, ele é ofertado apenas em Naviraí, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no município de Amambai. O curso de Ciências Sociais da UFMS, câmpus de Naviraí, disponibiliza 40 vagas para ingresso anual e conta com 106 alunos matriculados. O curso da UEMS/Amambai oferece 40 vagas para acesso e conta com 160 alunos matriculados. Em Dourados, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), também oferece o curso de Ciências Sociais, mas na modalidade Bacherelado e Licenciatura oferece 60 vagas para acesso e conta com 121 acadêmicos matriculados.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

As principais dimensões que permeiam o processo formativo no Curso de Ciências Sociais são: técnica, política, de desenvolvimento pessoal, cultural, ética. Estas serão explicadas nos subitens a seguir.

5.1.1. TÉCNICA

Conforme a Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais, entende-se como exigência técnica do profissional formado nessa área os seguintes itens:

- domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- autonomia intelectual;
- capacidade analítica;
- competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- compromisso social;
- competência na utilização da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

A dimensão técnica está diretamente associada às competências profissionais que os discentes desenvolverão durante a realização do curso nas mais diversas atividades de natureza disciplinar e não disciplinar. Essa dimensão valoriza os conhecimentos instalados sobre as teorias sociológica, antropológica, política e ao domínio de conteúdos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio, bem como ao domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

5.1.2. POLÍTICA

Esta dimensão refere-se às relações que se estabelecem durante o processo de formação dos acadêmicos. Tais relações deverão propiciar uma postura reflexiva, que levará o acadêmico a repensar suas posturas, tanto no curso, quanto na vida em sociedade.

Tais questões serão tratadas de forma interdisciplinar, sem, contudo, perder de vista a especificidade de cada área do conhecimento. Visando sistematizar temas que levem a estabelecer um processo de reflexão permanente no curso, elencamos:

- a) Os conteúdos de cunho político presentes nas teorias sociológicas,





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

antropológicas e politológicas como objeto de conhecimento e suporte formativo para o licenciado em Ciências Sociais;

b) O Ensino de Ciências Sociais no Brasil e sua relação com o desenvolvimento econômico e social.

No contexto das reflexões proporcionadas a partir da Dimensão Política está a Dimensão Ética. Assim, o Curso de Ciências Sociais não se furtará de trabalhar, em todos os níveis, o respeito à Ética e o desenvolvimento de ações eticamente justificadas.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Essa dimensão tem como objetivo propiciar uma formação de forma ampla, que leve o acadêmico a refletir sobre sua própria pessoa, tendo em vista a construção da identidade do sujeito que adentra o Curso de Ciências Sociais. Buscando contribuir e dinamizar esse processo reflexivo, ocorrerão:

a) Eventos envolvendo temáticas que repensem a conjuntura social brasileira, nos aspectos políticos, sociais, culturais, artísticos, etc.;

b) Atividades de Extensão que envolvam o desenvolvimento de ações ligadas às habilidades e centros de interesse dos estudantes.

5.1.4. CULTURAL

Esta dimensão está diretamente ligada à anterior, ao se propiciar temas que desenvolva integralmente o acadêmico, certamente estará, também, contribuindo para seu desenvolvimento cultural. Algumas atividades culturais que serão desenvolvidas ou estimuladas pelo Curso de Licenciatura em Ciências Sociais ou de caráter Institucional são:

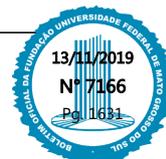
- Sarau;
- Café Filosófico;
- Shows musicais;
- Teatros.

5.1.5. ÉTICA

A UFMS dispõe do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEP's são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

O Curso desenvolverá nos estudantes o compromisso com o uso responsável do conhecimento que deve ser usado sempre em benefício coletivo: a correta citação de referências bibliográficas usadas em pesquisa, o respeito na interação entre os membros da comunidade acadêmica dentro e fora da aula, respeito aos prazos, além da realização de atividades e avaliações sem fraudes acadêmicas tais como o plágio e cópia ilegal de respostas, recorrendo-se Comitê de Ética no caso de pesquisas envolvendo seres humanos.

A partir da possibilidade de contar com a infraestrutura do Comitê de Ética da UFMS, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem a compreensão de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem buscar aliar a formação de profissionais com competência técnica, ao mesmo tempo em que é necessário desenvolver a sensibilidade e uma forte formação ética de seres humanos solidários. Isso condiz com o compromisso social e o





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

caráter de defesa do interesse público dos quais estão imbuídos os saberes da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política. O respeito às regras inerentes a cada uma das áreas, com seus respectivos valores norteadores e sentidos de tratamento de objetos de pesquisa serão transmitidos ao corpo discente.

5.1.6. SOCIAL

Considerando a especificidade da formação do licenciado em Ciências Sociais, entre as competências que o curso pretende desenvolver estão aquelas ligadas às suas relações pessoais, interpessoais, convivência em grupos, autodomínio, autoconhecimento, capacidade de concentração, elaboração de projetos de intervenção social, respeito às diferenças, etc. As estratégias adotadas visando o desenvolvimento dessas competências serão traçadas a partir de uma visão prática da formação do futuro docente, tais como: 1) Inserção do acadêmico no Programa Residência Pedagógica; 2) Aulas de campo; 3) Inserção do acadêmico no Programa de Iniciação à Docência; 4) Inserção do acadêmico no Programa de Iniciação Científica; 5) Inserção do acadêmico em projetos de extensão e de ensino que atendam diretamente à sociedade.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

A interdisciplinaridade está na essência do Curso de licenciatura em Ciências Sociais. O propósito de unir Antropologia, Sociologia e Ciência Política num mesmo curso parte do princípio de que a tríade de formação profissional é imprescindível ao cientista social. A atuação do licenciado será eminentemente voltada para a atividade docente, e desde o primeiro semestre do curso haverá equilibrada inserção de conteúdos sobre formas, manifestações e configurações do social, do político e do cultural que são expressos em cada uma das três áreas que congregam o Curso de Ciências Sociais. Tal formação conduzida desde o início pela interdisciplinaridade faz com que a formação do licenciado em Ciências Sociais seja única: no leque de disciplinas presentes na educação básica, as aulas de Sociologia possuirão amplo alcance teórico e metodológico por parte de seu docente responsável, resultado da estratégia de desenvolvimento interdisciplinar do curso.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

O Colegiado de Curso do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais promoverá as seguintes ações para promover a integração entre as componentes curriculares:

1. Seminários integradores entre os docentes do curso antes do início de cada ano letivo. Esses seminários têm por objetivo a apresentação por parte dos docentes de seus planejamentos para o ano letivo de modo a buscar sinergias e temáticas comuns às disciplinas alocadas no mesmo semestre letivo e disciplinas que compõem os diferentes eixos de formação: eixo do campo do conhecimento a ser ensinado (Ciências Sociais), eixo das linguagens próprias da Antropologia, Ciência Política e Sociologia e eixo de formação Pedagógico (Didática, Práticas de Ensino, Métodos e Técnicas de Ensino e de Pesquisa, Estágios, Psicologia da Educação e Políticas Públicas).

2. Reuniões de Trabalho (Workshops) com especialistas em Didática e conteúdos das Ciências Sociais para a discussão de temáticas relacionadas ao ensino de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Estas reuniões trarão aos docentes, técnicos – administrativos em educação e discentes temáticas atuais na Didática do Ensino de Ciências Sociais e dos processos educacionais como um todo, bem como, a discussão sobre como essas temáticas são trabalhadas no curso de Ciências Sociais ou como podem ser contempladas no currículo do curso.

3. Encontros bimensais entre docentes de um mesmo semestre para analisar a situação de alunos com problemas com a aprendizagem dos conteúdos disciplinares. Nestes encontros, acadêmicos com problemas de aprendizagem em uma ou mais disciplinas terão sua





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

situação analisada e buscar-se-ão alternativas para que essas dificuldades sejam superadas.

4. Elaboração de avaliações do curso entre estudantes e docentes e sua discussão com o grupo de docentes que ministram disciplinas no curso.

Por meio da avaliação permanente do curso e a discussão com a comunidade do curso dos resultados da avaliação o Colegiado de Curso promoverá a reflexão sobre o andamento do curso e o que precisa ser ajustado nas componentes curriculares e entre as componentes curriculares.

5. Produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes. A partir da elaboração desses materiais pretende-se que os acadêmicos coloquem em diálogo os conhecimentos adquiridos nas disciplinas desenvolvidas naquele semestre e em semestres anteriores.

6. Seminários integradores com os estudantes do curso, docentes e servidores técnicos – administrativos em educação. O objetivo desses seminários é a discussão de dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do curso e a construção coletiva de soluções para essas dificuldades.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Sociais, o curso deve prover formação ao egresso para que atue como professor de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior, considerando a possibilidade de que o egresso opte também por atuar como pesquisador, seja na área acadêmica ou não acadêmica, bem como profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

Além disso, o perfil desejado dos egressos do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/CPNV, concebido a partir dos objetivos da UFMS, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do próprio curso, tendo em vista as singularidades e especificidades da contemporaneidade, ligadas ao mercado de trabalho, às mudanças socioeconômicas e tecnológicas, é de um profissional ético, crítico e solidário, preparado para exercício da cidadania e comprometido com a garantia da qualidade da educação.

5.5. OBJETIVOS

De acordo com a Resolução Resolução nº 1/2012, CNE/CP e nº 2/2012, CNE/CP, que referem-se às Políticas de Educação Ambiental e de Direitos Humanos, os egressos devem ser capazes de exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio. Os egressos do curso também devem estar capacitados a agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

Baseado nessas orientações, o objetivo geral do curso corresponde ao anseio de habilitar cientistas sociais licenciados, com uma formação teórico-metodológica sólida, visando, sobretudo, a introdução destes no exercício do magistério nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Em relação aos objetivos específicos, ao concluir o curso os egressos devem::

a) ser profissionais capacitados para o exercício da docência com domínio de conteúdos das Ciências Sociais e de disciplinas afins.

b) estar familiarizados com todas as vertentes interpretativas da área;

c) contribuir para melhoria do ensino e da pesquisa em Ciências Sociais;

d) estar familiarizado com os métodos de produção da pesquisa e textos históricos;

e) ser professores que detenham amplamente o conhecimento sobre os métodos e técnicas pedagógicas relacionadas à construção do conhecimento e capacitados para inovar;

f) ter conhecimentos sobre as interações do conhecimento das Ciências Sociais





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

com outras disciplinas;

g) refletir acerca da pluralidade étnica e do patrimônio histórico e cultural.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

O curso de licenciatura de Ciências Sociais necessita contemplar metodologicamente o conteúdo teórico específico do conjunto disciplinar que agrega – trata-se de um curso com concepção que privilegia a especificidade da formação no curso, reforçando a integração entre as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, conforme explicitado por suas Diretrizes Curriculares Nacionais –, bem como articular tais perspectivas teóricas na classificação de eixos discriminados como Básico, Específico e Livre.

A Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais, exige que a articulação dos três eixos dê-se por meio da delimitação e atuação docente ao abordar e/ou elaborar temas, linhas de pesquisa, problemas teóricos e sociais relevantes, bem como na seleção de campos de atuação profissional (considerando-as conforme objetivos e perfil de egresso contidos em seus respectivos itens presentes neste Projeto Pedagógico).

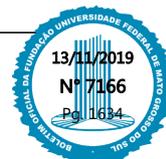
O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) contempla um conjunto de metodologias que permite aos professores atender as especificidades dos componentes curriculares, considerando as necessidades dos acadêmicos e considerando discentes de inclusão ou não. Como modo de construção do conhecimento junto dos conteúdos programáticos das disciplinas, o curso comportará:

- a) Aulas Expositivas;
- b) Trabalhos em equipe;
- c) Estudos Dirigidos individuais;
- d) Projetos (individuais ou em grupo);
- e) Seminários;
- f) Grupos de Discussão;
- g) Colóquios;
- h) Estudos de Caso;
- i) Discussão de Filmes;
- j) Estudo de simulações computacionais;
- k) Dramatizações;
- l) Leitura de artigos científicos;
- m) Participação em eventos acadêmicos científicos;
- n) Elaboração de artigos científicos;
- o) Visita técnica
- p) Aulas de campo;
- q) Ações de extensão.

Haverá utilização de metodologias específicas, de acordo com a demanda de atendimento especial exigida pelo decreto presidencial Nº 5.296/2004. Serão dados atendimentos especiais a alunos que demonstrarem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade conforme art. 5º da referida lei, ou portadores de dificuldade de aprendizagem.

Tendo em vista a presença de uma limitação ou incapacidade, os conteúdos do curso deverão ser desenvolvidos por técnica de ensino alternativa que visa contorná-la, seja elaborando recursos didáticos visuais, auditivos, de escrita e fala. Aos portadores de transtorno do espectro autista será garantido apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais por meio de acompanhante especializado no contexto das atividades, em atendimento ao § 2º do Art. 4º do Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta tais casos.

Em caráter técnico-metodológico, serão utilizados elementos de mediação de





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

ensino diversos, apoiados em tecnologias de informação e comunicação disponíveis no CPNV e/ou na UFMS, podendo ser oferecido até 20% da carga horária total do curso em regime semipresencial. Dentre as possibilidades e os recursos oferecidos pela universidade, foram identificadas entre os docentes do Curso, a utilização das ferramentas descritas a seguir:

Bibliotecas Virtuais: a depender do docente, esse recurso será utilizado durante as aulas e/ou como solicitação de atividades de pesquisa extraclasse; **Vídeos, Documentários e Filmes do Youtube:** utilizados com diferentes finalidades a depender da disciplina, tais como: disparar discussões acerca de temáticas específicas; apresentar visualmente diferentes cenários de atuação profissional. Utilização de outras formas de comunicação rápida para acompanhamento do aprendizado dos alunos nas disciplinas; aplicativos de mensagens e **e-mail:** recursos de domínio público utilizados pela maioria dos docentes para a interação com os alunos matriculados em suas disciplinas; Teleconferências, videoconferências, dentre outras TICs.

Todas as disciplinas do Curso poderão ter uma parte (módulos de 17h) ou o total de sua carga horária ofertada na modalidade a distância, observadas as normativas pertinentes. As disciplinas ofertadas a distância poderão prever algumas atividades necessariamente presenciais.

As disciplinas ofertadas parcial ou totalmente a distância, além de utilizar as metodologias propostas para todo o curso, utilizarão o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS), regulamentado pela instituição. Nesse sentido poderão ser utilizados recursos tecnológicos e educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, visando o desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Secretaria Especial de Educação a Distância - Sead

A tutoria nas disciplinas parcial ou totalmente a distância no curso tem o objetivo de proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e continuado de seus estudos, utilizando diferentes tecnologias digitais para orientação, motivação, avaliação e mediação do processo de ensino e aprendizagem, em constante articulação com a Coordenação de Curso, com outros docentes e com outros tutores, quando for o caso. A tutoria poderá ser exercida pelo próprio professor da disciplina.

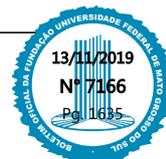
A frequência na carga horária a distância nas disciplinas será computada de acordo com as atividades realizadas pelos estudantes. Para cada 17h de carga horária a distância da disciplina, o estudante deve desenvolver, no mínimo, uma atividade avaliativa a distância.

5.7. AVALIAÇÃO

Os processos avaliativos atendem a normatização específica da UFMS e são desenvolvidos para acompanhamento do desempenho acadêmico e, ao mesmo tempo, subsidiam decisões relacionadas às estratégias do curso e seus caminhos. Cabe ao Colegiado de Curso e aos docentes estabelecerem mecanismos de avaliação que permitam o efetivo acompanhamento do acadêmico.

Do ponto de vista pedagógico a avaliação constitui um importante mecanismo de aprendizagem que pode contribuir para que docente e discente possam refletir sobre suas práticas. Deve ser entendido sempre como um processo e não como um produto ou resultado. Desta forma, os discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais são avaliados quanto à construção de conhecimentos a respeito do conteúdo abordado e o desenvolvimento das capacidades intelectuais. Haverá a utilização dos seguintes processos:

- Avaliações escritas sobre os conteúdos desenvolvidos no nível do conceito (síntese e análise) e da aplicação quando for o caso na solução de problemas;
- Trabalhos em equipe sobre os conteúdos desenvolvidos;
- Trabalhos individuais sobre tópicos desenvolvidos;





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- d) Seminários individuais ou em grupo;
- e) Elaboração, apresentação e submissão de artigos científicos em eventos e periódicos.
- f) Utilização de metodologias ativas para que o acadêmico aprenda os conteúdos a partir da resolução e da formulação de problemas;
- g) Utilização de recursos audiovisuais e computacionais com emprego de tecnologias que facilitem a resolução de tarefas teóricas e práticas;
- h) Avaliações baseadas em comunicação visual visando atender avaliações dos acadêmicos público alvo da educação especial e, em especial, com transtorno do Espectro Autista.

O processo de avaliação foi pensado de forma a contemplar a diversidade do público atendido pela UFMS, a exemplo, o público alvo da Educação Especial, sendo essa uma modalidade de ensino que visa garantir o direito à educação às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Dessa forma, reafirmamos a concepção de uma avaliação pensada e fundamentada na perspectiva da educação inclusiva, que busca a valorização e respeito às diferenças, atendendo às necessidades e desenvolvendo o potencial dos (as) estudantes, como forma de garantir o princípio da diversidade, lembrando que o direito à educação contempla a garantia da matrícula, permanência e aprendizagem, bem como a garantia de uma educação de qualidade aos (às) discentes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, linguísticas e outras.

Partindo desse princípio, pontuamos que a avaliação da aprendizagem do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais está amparada no próprio trabalho realizado pela UFMS com o público-alvo da Educação Especial, que são identificados pela Coordenadoria de Desenvolvimento e Inclusão (Diaaf), por meio do Sistema de Controle Acadêmico.

A partir dessa identificação, a Diaaf entra em contato com os (as) discentes a fim de estabelecer um diálogo e de fazer a confirmação de dados e elaboração de plano de atendimento com o objetivo de oferecer um suporte para a vida acadêmica do (a) estudante, especialmente nos processos de avaliações.

O atendimento a estudantes realizado pela Diaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual; demandas identificadas pelos (as) acadêmicos (as) e por seus professores (as).

Os (as) discentes podem optar por receber acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico como pedagógico, que consiste no trabalho junto aos (as) acadêmicos (as) com técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado (a).

Trata-se, segundo a Diaaf, de um atendimento dinâmico, pois se analisa o resultado das ações com o objetivo de manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. Destacamos a relevância do papel da Diaaf, que dispõe de uma metodologia do ensino inclusiva nas aulas regulares dos cursos da UFMS, que pode ser solicitada para a formular orientações aos Câmpus referentes às necessidades educacionais especiais de estudantes que necessitam de acompanhamento especial.

Outra opção a que o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais poderá recorrer para esse tipo de avaliação é oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), que disponibiliza à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria. A monitoria tem um importante papel de suporte e auxílio a estudantes que apresentam dificuldades.

A Proaes por meio de destinação de auxílio financeiro, promove o apoio ao estudante com deficiência, a partir de um programa no qual estudantes que cursaram a disciplina de educação especial acompanhem os (as) estudantes com deficiência nas suas diversas atividades acadêmicas. O objetivo é oferecer mais um canal de reforço para o desenvolvimento de suas potencialidades, a partir de aspectos que contemplem metodologias





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

de ensino inclusivas, estratégias para garantir a permanência, atendimento individual, materiais instrucionais alternativos, entre outros.

Reafirmamos, portanto, que o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais segue as diretrizes formuladas pela UFMS no que tange às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendendo tanto às diretrizes contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dedica um capítulo para educação especial assegurando o direito a educação - a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 -, especificamente ao artigo 28, que estabelece que deve haver um sistema inclusivo em todos os níveis e modalidades de educação, aprimoramento dos sistemas educacionais visando garantir condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem; quanto à Lei Berenice Piana n.º 12.764/2012, que promulga os direitos de estudantes com TEA e assegura seus direitos a educação, determinando que devem receber acompanhamento e ser avaliados (as) em todos os seus aspectos de aprendizagem.

Os direitos e obrigações para estudantes com Transtorno do Espectro Autista estão previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados pelo Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009, e na legislação pertinente às pessoas com deficiência e altas habilidades ou superdotação. Destacamos que as altas habilidades ou superdotação referem-se aquelas pessoas que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, artes e psicomotricidade, criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 47, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 35, Coun, de 13 de maio de 2011, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) Em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) Em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14, do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, o Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos.

Ainda de acordo com o Regimento da UFMS, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: I - no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior, eleitos pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução; e II - um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Centro Acadêmico ou em eleição direta coordenada pelos estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; II - deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso; III - deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos; IV - deliberar sobre o plano de estudos elaborado pelo Coordenador de Curso; V - deliberar, em primeira instância, sobre o Projeto Pedagógico do Curso; VI - manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação; e VII - deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;
- V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e
- VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.
- VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o Art. 52 do Estatuto da UFMS, o Coordenador de Curso de Graduação será um dos membros docentes do Colegiado de Curso, eleito pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos e pelos alunos nele matriculados, obedecida a proporcionalidade docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso deverá ser professor, preferencialmente com o título de Mestre ou Doutor, com formação específica na área de graduação ou pós-graduação **stricto sensu**, correspondente às finalidades e aos objetivos do curso, lotado na Unidade da Administração Setorial de oferecimento do curso.

Como sugestão para uma boa gestão, o professor poderá, em seu período de exercício, fazer o curso de capacitação para formação de Coordenadores de Curso ofertado pela Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead).

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2019. Disponível pelo link: <https://www.ufms.br/manual-de-competencias/>

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O sistema (Siscad) permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Divisão de Controle Escolar (Dice), divisão subordinada à Coordenadoria de Administração Acadêmica (CAA), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do sistema de controle acadêmico, conferência dos processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante à instituição, o processo volta para a Unidade de origem, que é responsável por preparar os documentos para cerimônia de colação de grau, não havendo pendências em relação às suas obrigações perante a instituição. A mesma ata é impressa e, depois de assinada, é arquivada eletronicamente no sistema SEI para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no curso comparando seu desempenho individual com a média geral do curso.

Foi disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos

avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades Setoriais os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Coac, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários as reuniões dos colegiados de curso, providenciar a publicação homologados nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do curso, bem como, distribuição de disciplina, aprovação dos planos de ensino, entre outros é realizado pelo colegiado de curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanha o desenvolvimento do PPC para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – Proaes/UFMS é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS e das atividades dirigidas aos estudantes. O desenvolvimento de políticas está organizado em três eixos: atenção ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, integração estudantil e assistência à saúde, e incentivo ao desenvolvimento profissional.

Estão vinculadas à Proaes: Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão (CDPI).

A CAE é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Assistência ao Estudante (Diase): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas e projetos de assistência estudantil. Esta divisão estrutura-se em duas seções:





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- Seção de Atendimento ao Estudante (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento e orientação aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil.
- Seção de Acompanhamento dos Auxílios (Seaa): é a unidade responsável pelo acompanhamento na execução dos auxílios de assistência estudantil.
- Divisão de Alimentação (Diali): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção a alimentação dos estudantes da UFMS.
- Divisão de Saúde (Disau): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS.

A CDPI é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e estratégias relacionadas às ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Didep): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação relativos a estágio.

- Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS. Esta divisão estrutura-se em três seções:

- Seção de Acessibilidade (Seace): é a unidade responsável pela execução e acompanhamento da política de acessibilidade no âmbito da UFMS.

- Seção de Ações Afirmativas e Monitoramento de Cotas (Seafi): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam políticas afirmativas na UFMS.

- Seção de Libras (Selib): é a unidade responsável pelo gerenciamento do serviço de interpretação em Libras, pela execução e acompanhamento das políticas de acessibilidade para Surdos no âmbito da UFMS.

- Divisão de Integração (DIINT): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e pela sua integração na vida universitária bem como pela articulação com instituições de representação discente visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

No âmbito de cada Câmpus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte/Proece/RTR é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte na Universidade.

A Propp, Pró-Reitoria ligada à pesquisa e pós-graduação no âmbito da UFMS, oferece mediante edital anual, vagas aos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e bolsas de iniciação científica aos acadêmicos que se inscrevem para essa atividade, mediante elaboração de um plano de trabalho vinculado a um projeto de pesquisa coordenado por um docente do curso.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento.

O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Seção de Psicologia da Proaes para o atendimento psicológico e outras providências.

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, como, por exemplo, o Colóquio Nacional de Ciências Sociais, anual, bem como outros projetos de extensão e pesquisa, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais do próprio Câmpus quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais.

Os acadêmicos e egressos também são estimulados a participarem em congressos





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo. O curso mantém uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo curso

Ainda quanto à atenção aos discentes, a UFMS dispõe de várias modalidades de bolsas disponíveis, dentre elas: a Bolsa Permanência que visa estimular a permanência do acadêmico no Curso e cujos critérios de atribuição são socioeconômicos; a Bolsa Alimentação para as Unidades que não contam com Restaurante Universitário. Além destes auxílios, são desenvolvidos os seguintes Projetos no âmbito da instituição: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, Brinquedoteca, atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental.

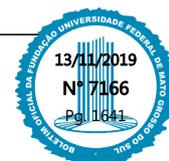
Existem ainda, outras modalidades de bolsas na UFMS que estimulam a participação do acadêmico em ações de extensão, ensino e pesquisa, como: bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), bolsas de monitoria de ensino de graduação, Programa de Educação Tutorial (PET), bolsas de Iniciação Científica (Pibic), Programa Residência Pedagógica e bolsas ligadas a projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes.

Nos últimos anos tem sido verificada carência na formação básica dos discentes, especialmente em língua portuguesa, química e matemática, o que dificulta o processo ensino-aprendizagem. Objetivando minimizar esse problema, Cursos de Nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa e Química serão oferecidos via Projeto de Ensino de Graduação (PEG), obedecendo a resolução vigente. Tais Cursos de Nivelamento serão oferecidos aos discentes, em horário extracurricular, no primeiro semestre de cada ano e/ou em período especial, via Sistema de Ensino a Distância da UFMS. Além disso, de acordo com a necessidade e ao longo curso, reforço pedagógico será aplicado por meio de monitorias nas disciplinas curriculares.

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE DIMENSÕES PRÁTICAS	
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais I	90
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais II	100
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais III	100
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais IV	110
Seminário de Pesquisa I	68
Seminário de Pesquisa II	34
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
Estatística Aplicada Às Ciências Sociais	34
Educação das Relações Étnico-raciais	51
Epistemologia	68
História Moderna e Contemporânea	68





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
Pensamento Social Brasileiro II	68
Pensamento Social Brasileiro I	68
Sociologia Rural	68
Teoria Antropológica II	68
Teoria Antropológica III	68
Teoria Política I	68
Teoria Política II	68
Teoria Política III	68
Teoria Sociológica II	68
Teoria Sociológica III	68
Teoria Antropológica I	68
Teoria Sociológica I	68
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO GERAL	
Introdução à Política	68
Introdução à Antropologia	68
Introdução à Sociologia	68
Normalização de Trabalhos Acadêmicos	68
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
Educação Especial	51
Estudos de Libras	51
Filosofia da Educação	68
Fundamentos da Educação	68
Fundamentos de Didática	51
História da Educação e do Ensino de Sociologia no Brasil	68
Métodos e Técnicas de Ensino em Ciências Sociais	68
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	68
Políticas Educacionais	51
Psicologia e Educação	51
Sociologia da Educação	68
CONTEÚDO COMPLEMENTAR OPTATIVO DE LIVRE ESCOLHA DO ALUNO	
Para o acadêmico integralizar o Curso de Ciências Sociais/CPNV, deverá cursar, no mínimo 272 horas em componentes disciplinares optativas do rol elencado e/ou Atividades não disciplinares. A matrícula em disciplinas optativas também pode ser realizada em qualquer outro curso da UFMS, condicionada à existência de vagas. (Art. 54 da Resolução Cograd nº 550/2018).	
Antropologia da Educação	68
Antropologia das Emoções	68
Antropologia e Cinema	68
Antropologia Urbana	68





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDO COMPLEMENTAR OPTATIVO DE LIVRE ESCOLHA DO ALUNO	
Para o acadêmico integralizar o Curso de Ciências Sociais/CPNV, deverá cursar, no mínimo 272 horas em componentes disciplinares optativas do rol elencado e/ou Atividades não disciplinares. A matrícula em disciplinas optativas também pode ser realizada em qualquer outro curso da UFMS, condicionada à existência de vagas. (Art. 54 da Resolução Cograd nº 550/2018).	
Análise de Processos de Desenvolvimento Socioeconômico	68
Ciência Política Aplicada: Instituições, Tomadas de Decisão e Normatividade	68
Cultura e Política no Brasil Contemporâneo	68
Direitos Humanos: História e Evolução	68
Discurso e Classes Sociais	68
Economia Política	68
Educação Ambiental	68
Estudos Dirigidos	68
Etnologia Indígena	68
Estado e Política no Brasil Contemporâneo	68
Gênero e Sexualidades	68
História da África Contemporânea	68
História Regional	68
Introdução à Geografia Humana	68
Língua Portuguesa	68
Origem do Homem e Antigas Civilizações	68
Organização Curricular e Gestão da Escola	68
Prática de Leitura e Produção de Textos	68
Práticas Integradoras para Formação Docente	68
Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional	68
Relações de Gênero e Educação	68
Sociologia da Cultura	68
Sociologia da Religião	68
Sociologia da Violência Institucional	68
Sociologia Latino Americana (Argentina Contemporânea)	68
Sociologia Ambiental	68

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
I (ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	420
II (AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	200
IV (TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	34
V (Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2020-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Fundamentos da Educação	51		17			68
História Moderna e Contemporânea	51		17			68
Introdução à Antropologia	51		17			68
Introdução à Política	51		17			68
Introdução à Sociologia	51		17			68
SUBTOTAL	255	0	85	0	0	340
2º Semestre						
Normalização de Trabalhos Acadêmicos	68					68
Sociologia da Educação	51		17			68
Teoria Antropológica I	51		17			68
Teoria Política I	51		17			68
Teoria Sociológica I	51		17			68
SUBTOTAL	272	0	68	0	0	340
3º Semestre						
Filosofia da Educação	51		17			68
Psicologia e Educação	34		17			51
Teoria Antropológica II	68					68
Teoria Política II	68					68
Teoria Sociológica II	51		17			68
SUBTOTAL	272	0	51	0	0	323
4º Semestre						
Fundamentos de Didática	34		17			51
Políticas Educacionais	51					51
Teoria Antropológica III	68					68
Teoria Política III	68					68
Teoria Sociológica III	68					68
SUBTOTAL	289	0	17	0	0	306
5º Semestre						
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais I	90					90
História da Educação e do Ensino de Sociologia no Brasil	51		17			68
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	34		34			68





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
5º Semestre						
Pensamento Social Brasileiro I	51		17			68
SUBTOTAL	226	0	68	0	0	294
6º Semestre						
Epistemologia	51		17			68
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais II	100					100
Métodos e Técnicas de Ensino em Ciências Sociais	51		17			68
Pensamento Social Brasileiro II	51		17			68
Seminário de Pesquisa I	51		17			68
SUBTOTAL	304	0	68	0	0	372
7º Semestre						
Educação Especial	34		17			51
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais III	100					100
Estatística Aplicada Às Ciências Sociais	34					34
Estudos de Libras	34				17	51
Seminário de Pesquisa II	34					34
SUBTOTAL	236	0	17	0	17	270
8º Semestre						
Educação das Relações Étnico-raciais	34		17			51
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais IV	110					110
Sociologia Rural	51		17			68
SUBTOTAL	195	0	34	0	0	229
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						272
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	272
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
I (Acs-nd) Atividades Complementares						420
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						34
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	454
TOTAL	2049	0	408	0	17	3200





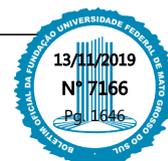
Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)

PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
1º Semestre	
Fundamentos da Educação	
História Moderna e Contemporânea	
Introdução à Antropologia	
Introdução à Política	
Introdução à Sociologia	
2º Semestre	
Normalização de Trabalhos Acadêmicos	
Sociologia da Educação	
Teoria Antropológica I	
Teoria Política I	
Teoria Sociológica I	
3º Semestre	
Filosofia da Educação	
Psicologia e Educação	
Teoria Antropológica II	
Teoria Política II	
Teoria Sociológica II	
4º Semestre	
Fundamentos de Didática	
Políticas Educacionais	
Teoria Antropológica III	
Teoria Política III	
Teoria Sociológica III	
5º Semestre	
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais I	Fundamentos de Didática
História da Educação e do Ensino de Sociologia no Brasil	





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
5º Semestre	
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	
Pensamento Social Brasileiro I	
6º Semestre	
Epistemologia	
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais II	Estágio Obrigatório em Ciências Sociais I
Métodos e Técnicas de Ensino em Ciências Sociais	
Pensamento Social Brasileiro II	
Seminário de Pesquisa I	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais
7º Semestre	
Educação Especial	
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais III	Estágio Obrigatório em Ciências Sociais II
Estatística Aplicada Às Ciências Sociais	
Estudos de Libras	
Seminário de Pesquisa II	Seminário de Pesquisa I
8º Semestre	
Educação das Relações Étnico-raciais	
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais IV	Estágio Obrigatório em Ciências Sociais III
Sociologia Rural	
Optativas	
Análise de Processos de Desenvolvimento Socioeconômico	
Antropologia da Educação	
Antropologia das Emoções	
Antropologia e Cinema	
Antropologia Urbana	
Ciência Política Aplicada: Instituições, Tomadas de Decisão e Normatividade	
Cultura e Política no Brasil Contemporâneo	
Direitos Humanos: História e Evolução	
Discurso e Classes Sociais	
Economia Política	
Educação Ambiental	
Estado e Política no Brasil Contemporâneo	
Estudos Dirigidos	
Etnologia Indígena	



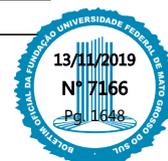


Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
Optativas	
Gênero e Sexualidades	
História da África Contemporânea	
História Regional	
Introdução à Geografia Humana	
Língua Portuguesa	
Organização Curricular e Gestão da Escola	
Origem do Homem e Antigas Civilizações	
Prática de Leitura e Produção de Textos	
Práticas Integradoras para Formação Docente	
Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional	
Relações de Gênero e Educação	
Sociologia Ambiental	
Sociologia da Cultura	
Sociologia da Religião	
Sociologia da Violência Institucional	
Sociologia Latino Americana (Argentina Contemporânea)	

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

EM VIGOR ATÉ 2019/2	CH	EM VIGOR A PARTIR DE 2020/1	CH
Educação das Relações Étnico-raciais	51	Educação das Relações Étnico-raciais	51
Educação Especial	51	Educação Especial	51
Epistemologia	68	Epistemologia	68
Estatística Aplicada Às Ciências Sociais	34	Estatística Aplicada Às Ciências Sociais	34
Estudos de Libras	51	Estudos de Libras	51
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais I	90	Estágio Obrigatório em Ciências Sociais I	90
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais II	100	Estágio Obrigatório em Ciências Sociais II	100
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais III	100	Estágio Obrigatório em Ciências Sociais III	100
Estágio Obrigatório em Ciências Sociais IV	110	Estágio Obrigatório em Ciências Sociais IV	110
Filosofia da Educação	68	Filosofia da Educação	68
Fundamentos da Educação	68	Fundamentos da Educação	68
Fundamentos de Didática	51	Fundamentos de Didática	51





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

EM VIGOR ATÉ 2019/2	CH	EM VIGOR A PARTIR DE 2020/1	CH
História da Educação e do Ensino de Sociologia no Brasil	68	História da Educação e do Ensino de Sociologia no Brasil	68
História Moderna e Contemporânea	68	História Moderna e Contemporânea	68
I (Acs-nd) Atividades Complementares	420	I (Acs-nd) Atividades Complementares	420
Introdução à Antropologia	68	Introdução à Antropologia	68
Introdução à Política	68	Introdução à Política	68
Introdução à Sociologia	68	Introdução à Sociologia	68
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	34	IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	34
Métodos e Técnicas de Ensino em Ciências Sociais	68	Métodos e Técnicas de Ensino em Ciências Sociais	68
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	68	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	68
Normalização de Trabalhos Acadêmicos	68	Normalização de Trabalhos Acadêmicos	68
Pensamento Social Brasileiro I	68	Pensamento Social Brasileiro I	68
Pensamento Social Brasileiro II	68	Pensamento Social Brasileiro II	68
Políticas Educacionais	51	Políticas Educacionais	51
Psicologia e Educação	51	Psicologia e Educação	51
Seminário de Pesquisa I	68	Seminário de Pesquisa I	68
Seminário de Pesquisa II	34	Seminário de Pesquisa II	34
Sociologia da Educação	68	Sociologia da Educação	68
Sociologia Rural	68	Sociologia Rural	68
Teoria Antropológica I	68	Teoria Antropológica I	68
Teoria Antropológica II	68	Teoria Antropológica II	68
Teoria Antropológica III	68	Teoria Antropológica III	68
Teoria Política I	68	Teoria Política I	68
Teoria Política II	68	Teoria Política II	68
Teoria Política III	68	Teoria Política III	68
Teoria Sociológica I	68	Teoria Sociológica I	68
Teoria Sociológica II	68	Teoria Sociológica II	68
Teoria Sociológica III	68	Teoria Sociológica III	68

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Ciências Sociais estão lotadas no Câmpus de Naviraí.

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- **ANÁLISE DE PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:** Conjuntura internacional e paradigma desenvolvimentista no século XX. Crescimento econômico, desenvolvimento e sustentabilidade. Análise do desenvolvimento: distribuição de renda, comércio internacional, sistema financeiro, sustentabilidade ambiental, crédito e pobreza. Elementos microeconômicos do desenvolvimento: educação, educação ambiental, informalidade do mercado de trabalho, instituições, sistemas políticos, capital social, violência e corrupção. Bibliografia Básica: Galbraith, John Kenneth. a Sociedade Afluente. São Paulo: Pioneira, 1987. Belluzo, Luiz Gonzaga. Ensaio sobre o Capitalismo no Século Xx. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. Cano, Wilson. Introdução à Economia: Uma Abordagem Crítica. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998. Sweezy, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Furtado, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Bibliografia Complementar: Polanyi, Karl. a Grande Transformação: as Origens da Nossa Época, 3. Ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2000. Grau, Eros Roberto, a Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica). 9. Ed. São Paulo: Malheiros, 2004. Kalecki, Michal. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1987. Oliveira, Francisco De, Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Belluzo, Luiz Gonzaga. os Antecedentes da Tormenta: Origens da Crise Global. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

- **ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO:** Os fundamentos da Antropologia da educação e a compreensão das relações entre cultura e educação. A importância da diversidade cultural nas práticas curriculares. Cultura e educação no contexto da sociedade contemporânea. Antropologia, Educação e Multiculturalismo. Educação Ambiental. Antropologia, Educação e Diversidades. Bibliografia Básica: Dauster, Tania. Antropologia e Educação: um Saber de Fronteira. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2007. Gusmão, Neusa Maria. Diversidade, Cultura e Educação - Olhares Cruzados. São Paulo: Biruta, 2003. Silva, T. Tadeu Da. (Org) Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 2000. Dayrell, Juarez (Org). Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura. Belo Horizonte: Ufmg, 1996. Brandão, Carlos Rodrigues. **o que É Educação.** São Paulo, Sp: Brasiliense, 2013. 124 P. (Primeiros Passos (Brasiliense) ; 20). Isbn 978-85-11-01020-6. Bibliografia Complementar: Gruber, Frederick C. (Org). Antropologia e Educação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. Rocha, Gilmar; Tosta, Sandra Pereira. Antropologia e Educação. São Paulo: Autêntica, 2013. Candau, Vera Maria (Org). Cultura(S) e Educação: entre o Crítico e o Pós-crítico. Rio de Janeiro: Dp&A, 2005. Moreira, Antônio Flávio Barbosa; Candau, Vera Maria. Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

- **ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES:** A disciplina discutirá as dimensões sociológicas e antropológicas das emoções. Nesse sentido, abarcará um debate sobre as conexões entre emoções, sociabilidades e contextos sociais. Conceitos como felicidade, satisfação, dor, sofrimento, prazer e outros serão problematizados a partir do olhar antropológico tendo como ponto de partida diferentes grupos culturais humanos. As emoções serão analisadas desde diferentes marcadores sociais de diferença, tais como, gênero, classe, etnia, geração, etc. Bibliografia Básica: Rezende, Cláudia Barcellos; Coelho, Maria Cláudia Pereira. Antropologia das Emoções. Rio de Janeiro: Ed. Fgv, 2010. Elias, Norbert. a Solidão dos Moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. Le Breton, David. as Paixões Ordinárias: Antropologia das Emoções. Petrópolis: Vozes, 2009. Marques, Ana Cláudia. Intrigas e Questões: Vingança de Famílias e Tramas Sociais no Interior de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.. Koury, Mauro Guilherme Pinheiro. Sociologia da Emoção: o Brasil Urbano sob a Ótica do Luto. Petrópolis: Vozes, 2003. Bibliografia Complementar: Soares, Bárbara; Moura, Tatiana; Afonso, Carla (Org). Auto de Resistência: Relatos de Familiares de Vítimas da Violência Armada. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. Coelho, Maria Cláudia. Dádiva e Emoção: Obrigatoriedade e Espontaneidade nas Trocas Materiais. Rbse, João Pessoa, V. 2,





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

N. 6, Dez. 2003. Duarte, Luiz Fernando Dias; Leal, Ondina Fachel (Org). Doença, Sofrimento, Perturbação: Perspectivas Etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. Rezende, Claudia Barcellos. os Significados da Amizade: Duas Visões sobre Pessoa e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Fgv, 2002.

- **ANTROPOLOGIA E CINEMA:** A imagem enquanto objeto de estudo antropológico. As formas e possibilidades de construção de narrativas antropológicas por meio da linguagem audiovisual. Trajetória da Antropologia do cinema e algumas de suas principais tendências. A "Antropologia compartilhada". As teorias e as práticas de pesquisa com audiovisuais na Antropologia. **Bibliografia Básica:** France, Claudine. Cinema e Antropologia. Campinas: Unicamp, 1998. Freire, Marcius; Lourdou, Philippe (Org). Descrever o Visível: Cinema Documentário e Antropologia Fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. Gonçalves, Marco Antônio; Head, Scott. (Org). Devires Imagéticos: a Etnografia, o Outro e suas Imagens. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. Barbosa, Andréa; Cunha, Edgar Teodoro; Hikiji, Rose Satiko Gitirana. Imagem-conhecimento: Antropologia, Cinema e Outros Diálogos. Campinas: Papyrus, 2009. Gonçalves, Marco Antônio. o Real Imaginado – Etnografia, Cinema e Surrealismo em Jean Rouch. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. **Bibliografia Complementar:** Rocha, Ana Luiza Carvalho Da. Antropologia das Formas Sensíveis: entre o Visível e o Invisível, a Floração de Símbolos. In: Horizontes Antropológicos, Antropologia Visual, Ano L, V. 2, 1995. Novaes, Sylvia Caiuby. Imagem, Magia e Imaginação: Desafios ao Texto Antropológico. Mana, Rio de Janeiro, V. 14, N. 2, Pp. 455-475, Out. 2008. Alves, André; Samain, Etienne. os Argonautas do Mangue: Precedido de Balinese Character (Re)Visitado. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Rial, Carmen Sílvia. por Uma Antropologia do Visual. In Horizontes Antropológicos, Porto Alegre: Ppgas, Ufrgs, N.2, 1995. Tacca, Fernando De. Rituaes e Festas Bororo: a Construção da Imagem do Índio Como "Selvagem" na Comissão Rondon. Revista de Antropologia, São Paulo, V. 45, N. 1, 2002.

- **ANTROPOLOGIA URBANA:** Ações coletivas e individuais nos espaços públicos e privados das grandes cidades. O ethos do cidadão metropolitano. As "tribos" urbanas e outros grupos. Formas de sociabilidade nas metrópoles. A imposição de barreiras e segregações a segmentos marginalizados. Intercâmbios e fluxos sociais, econômicos e culturais. As novas paisagens urbanas, a economia informal, violência e criminalidade, o problema do tráfico e o consumo de drogas, produção cultural em espaços segregados. Diversidade cultural e questões de gênero e sexualidade. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Damatta, Roberto. **a Casa & a Rua:** Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. 5. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Rocco, 1997. 151 P. Isbn 853250759X. Caldeira, Teresa Pires. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2000. Zaluar, Alba. **a Máquina e a Revolta:** as Organizações Populares e o Significado da Pobreza. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. 265 P. Isbn 978-85-1107-015-6 Whyte, William Foote. **Sociedade de Esquina:** a Estrutura Social de Uma Área Urbana Pobre e Degradada. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2013. 390 P. (Antropologia Social). Isbn 978-85-7110-860-8. Velho, Gilberto. **a Utopia Urbana:** um Estudo de Antropologia Social. 6. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2002. 114 P. (Antropologia Social). Isbn 85-7110-077-2. **Bibliografia Complementar:** Herschmann, Michael. Abalando os Anos 90: Funk e Hip Hop. Globalização e Estilo Cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Velho, Otávio Guilherme. o Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Grillo, Carolina Christoph. o "Morro" e a "Pista": um Estudo Comparado de Dinâmicas do Comércio Ilegal de Drogas. Dilemas, V.1, N.1, Pp.127-148, 2008. Pintaudi, Silvana Maria; Frúgoli Jr, Heitor (Org). Shoppings Centers: Espaço Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

- **CIÊNCIA POLÍTICA APLICADA: INSTITUIÇÕES, TOMADAS DE DECISÃO E NORMATIVIDADE:** Relações, concorrência, competência e funcionamento dos Poderes





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

estatais. Engenharia política. Administração pública, organização e processos orçamentários. Processo legislativo. Implementação político-administrativa de políticas públicas. Estudos de caso como fundamento de normatividade. O processo político de tomadas de decisão ao alcance da sociedade civil e dos movimentos sociais. **Bibliografia Básica:** Arretche, Marta Teresa da Silva. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Fgv, 2012. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. do Processo Legislativo. São Paulo: Saraiva, 1995. Lindblom, Charles Edward. o Processo de Decisão Política. Brasília: Ed. Unb, 1981. Giacomoni, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2012. Ferrarezi, Elizabete (Org). Políticas Públicas (Coletânea). Brasília: Enap, 2006. **Bibliografia Complementar:** Graham, Andrew. Como Escrever e Usar Estudos de Caso para Ensino e Aprendizagem no Setor Público. Brasília: Enap, 2010. Tilly, Charles. Democracia. Petrópolis: Vozes, 2013. Sartori, Giovanni. Engenharia Constitucional: Como Mudam as Constituições. Brasília: Unb, 1996. Pereira, José Matias. Finanças Públicas – a Política Orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013. Tilly, Charles. Los Movimientos Sociales (1768-2008). Barcelona: Critica, 2010.

- CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O problema terminológico dos conceitos de “cultura” e “ideologia”. As variantes “primitivas”: a cultura como totalidade. As variantes modernas: a ideologia como valor e como instrumento. Problemas derivados I: história e estrutura. Problemas derivados II: cultura e política. Modelos analíticos. Instituições políticas. Atores estratégicos, agenda política e processo decisório. Comportamento político. **Bibliografia Básica:** Damatta, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis:** para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro. 6. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Rocco, 1997. 350 P. Isbn 8532507603. Gohn, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais – a Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Damatta, Roberto. **o que Faz o Brasil, Brasil?.** Rio de Janeiro, Rj: Rocco, 1986. 126 P. Isbn 8532502016. **Bibliografia Complementar:** Velho, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Holanda, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1995-2013. 220 P. Isbn 978-85-7164-448-9. Gohn, Maria da Gloria Marcondes. **Teorias dos Movimentos Sociais:** Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 10. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 415 P. Isbn 978-85-15-01597-9.

- DIREITOS HUMANOS: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO: Caracterização dos Direitos Humanos entre princípios e legalidades. Os direitos civis. Os direitos políticos. Os direitos sociais. A problemática dos direitos humanos situada historicamente em suas múltiplas dimensões (filosófica, política etc.). Proteção internacional dos direitos fundamentais. Constitucionalidade dos Direitos Humanos. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Comparato, Fábio Konder. a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2008. Hunt, Lynn. a Invenção dos Direitos Humanos: Uma História. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Facchi, Alessandra. Breve História dos Direitos Humanos. São Paulo: Loyola, 2011. Bonavides, Paulo. do Estado Liberal ao Estado Social. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 1996. Bobbio, Norberto. **a Era dos Direitos.** Nova Ed. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier: Campus, 2004. Xviii, 212 P. Isbn 85-352-1561-1. **Bibliografia Complementar:** Bonavides, Paulo. a Constituição Aberta. 2. Ed. São Paulo: Malheiros, 1996. Lafer, Celso. a Reconstrução dos Direitos Humanos – um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Andrade, Vera Regina Pereira De. Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993. Arendt, Hannah. **a Condição Humana.** 11. Ed. Rev. Rio de Janeiro, Rj: Forense Universitária, 2010-2013. 407 P. Isbn 978-85-218-0456-7. Canotilho, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 5. Ed. 2. Reimp. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

- DISCURSO E CLASSES SOCIAIS: As diferentes abordagens da análise do discurso. O caráter social da linguagem e do discurso. As relações entre a produção do discurso e o





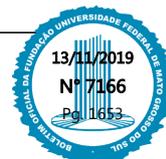
Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

exercício do poder. A teoria das classes sociais e sua contribuição para a análise do discurso. O papel do capital comunicacional na construção do poder simbólico e do discurso dominante. **Bibliografia Básica:** Marx, Karl; Engels, Friedrich. **a Ideologia Alemã:** Crítica da Mais Recente Filosofia Alemã em seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus Diferentes Profetas. Rio de Janeiro, Rj: Civilização Brasileira, 2007. 643P. Isbn 9788520007426. Viana, Nildo. Linguagem, Discurso e Poder – Ensaio sobre Linguagem e Sociedade. Pará de Minas: Virtual Books, 2009. Bakhtin, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 16. Ed. São Paulo, Sp: Hucitec, 2014. 203 P. (Linguagem e Cultura ; 3). Isbn 978-85-271-0041-0. Bourdieu, Pierre. **o Poder Simbólico.** 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009-2010. 311 P. Isbn 978-85-286-9963-0. Pêcheux, Michel. Semântica e Discurso – Uma Crítica a Afirmação do Óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 1988. **Bibliografia Complementar:** Orlandi, Eni. Análise do Discurso. Campinas: Pontes Editores, 2012. Foucault, Michel. Arqueologia do Saber. São Paulo: Forense Universitária, 2012. Brait, Beth. Bakhtin – Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008. Maingueneau, Dominique. Gênese dos Discursos. São Paulo: Parábola, 2008. Pêcheux, Michel. o Discurso – Estrutura ou Acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2012.

- ECONOMIA POLÍTICA: Formação do pensamento econômico na teoria clássica: Adam Smith e a produção de riqueza; Ricardo e a teoria da distribuição; Malthus e o problema da demanda efetiva; Marx e a economia política: produção e reprodução capitalista. A visão neoclássica do funcionamento da economia: utilidade, preço de equilíbrio, fatores de produção, alocação ótima de recursos humanos, demanda efetiva. Teorias do desenvolvimento econômico. Teorias do imperialismo e do subdesenvolvimento. Desenvolvimento e crise das economias centralmente planejadas. A revolução keynesiana: nova visão macroeconômica. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Fushfeld, Daniel R. a Era do Economista. São Paulo, Saraiva, 2001. Alban, Marcus. Crescimento sem Emprego. Salvador: Casa da Qualidade, 1999. Lange, Oskar. Moderna Economia Política. São Paulo, Ed. Vértice, 1986. **Bibliografia Complementar:** Robinson, J.; Eatwell, J. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. Napoleoni, Cláudio. o Pensamento Econômico do Século Xx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Sader, E. & Gentili, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo Ii. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 1999.

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Princípios éticos e filosóficos na relação entre sociedade e natureza. O surgimento das preocupações ambientais. A Educação Ambiental e formação da cidadania. Racionalização do uso do patrimônio natural no contexto do desenvolvimento sócio econômico. Contribuições da Educação Ambiental para a saúde e o bem-estar do homem. A Legislação Ambiental no Brasil. A formação profissional e docente em Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Vilela, Gracielle Carrijo; Rievers, Marina. **Direito e Meio Ambiente:** Reflexões Atuais. Belo Horizonte, Mg: Forum, 2009. 464 P. Isbn 9788577001590. Talamoni, Jandira. Educação Ambiental: da Prática Pedagógica à Cidadania. São Paulo: Escrituras, 2003. Botelho, José Maria Leite. Educação Ambiental e Formação de Professores. Ji-paraná: Gráfica Líder, 2000. Dias, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo: Ed. Gaia, 2003. Medina Nana Mininni; Santos, Elizabeth da Conceição. Educação Ambiental: Uma Metodologia Participativa de Formação. Petrópolis: Vozes, 2003. **Bibliografia Complementar:** Grunn, Mauro. Ética e Educação Ambiental: a Conexão Necessária. Campinas: Papyrus, 1996. Leff, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. Petrópolis: Vozes, 2001. Brasil. Ministério do Meio Ambiente/Sbf. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Snuc, Brasília 2002.

- EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Concepção do tempo e espaço nas culturas distintas: afrodescendentes e indígenas. Aspectos conceituais, históricos e políticos





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

das relações étnico - raciais no Brasil. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Discussão sobre o racismo e o preconceito na sociedade e na escola. Diretrizes para Educação das Relações Étnico - raciais. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial: avanços e perspectivas. Bibliografia Básica: Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar (Fascículos 1-10). Disponível Em: ≪Http://Portal.mec.gov.br/Index .Php? Option=Com_Content&View=Article&Id=17009&Itemid=913;≫ Acesso em 29 de Jan de 2014. Piccolo, Gustavo Martins; Mendes, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um Pensar Sociológico sobre a Deficiência. Educação e Sociedade, Campinas, V. 34, N. 123, Pp. 459-475, Abr/Jun 2013. Disponível Em: ≪Http://Www.scielo.br/Pdf/Es/V34N123/08.Pdf;≫ Acesso em 19 de Ago de 2013. Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de Janeiro de 2008. Disponível Em: ≪Http://Portal.mec.gov.br/Arquivos/Pdf/Politicaeducespecial.pdf;≫ Acesso em 29 de Jan de 2014. Bibliografia Complementar: Jannuzzi, Gilberta. Algumas Concepções de Educação do Deficiente. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, V. 25, N. 3, Pp. 9-25, Maio 2004. Mendes, Enicéia Gonçalves. a Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: Anped, V. 11, N. 33, Pp. 389-406, Set/Dez 2006. Disponível Em: ≪Http://Www.scielo.br/Pdf/Rbedu/V11N33/A02V1133.Pdf;≫ Acesso em 6 de Set de 2011. Aquino, Julio. Groppa. (Org). Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1998. Baptista, Claudio Roberto; Caiado, Katia Regina Moreno; Jesus, Denise Meyrelles de (Org). Educação Especial: Diálogo e Pluralidade. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. Garcia, Rosalba Maria Cardoso. Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Formação Docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, V. 18, N. 52, Pp. 101-119, Jan/Mar 2013. Disponível Em: ≪Http://Www. Scielo.br/Pdf/Rbedu/V18N52/07.Pdf;≫ Acesso em 29 de Jan de 2014.

- EDUCAÇÃO ESPECIAL : Contextualização da evolução histórica e dos direitos humanos na Educação Especial. A Educação Especial e as políticas públicas. O público - alvo da Educação Especial. A Educação Especial no contexto da educação inclusiva e as práticas pedagógicas. Bibliografia Básica: Bianchetti, Lucídio. Aspectos Históricos da Apreensão e da Educação dos Considerados Deficientes. In: Bianchetti, Lucídio; Freire, Ida Mara (Org). um Olhar sobre a Diferença: Interação, Trabalho e Cidadania. 7. Ed. Pp. 21-51. Campinas: Papyrus, 2006. Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar (Fascículos 1-10). Disponível Em: ≪Http://Portal.mec.gov.br/Index .Php? Option=Com_Content&View=Article&Id=17009&Itemid=913;≫ Acesso em 29 de Jan de 2014. Piccolo, Gustavo Martins; Mendes, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um Pensar Sociológico sobre a Deficiência. Educação e Sociedade, Campinas, V. 34, N. 123, Pp. 459-475, Abr/Jun 2013. Disponível Em: ≪Http://Www.scielo.br/Pdf/Es/V34N123/08.Pdf;≫ Acesso em 19 de Ago de 2013. Jesus, Denise Meyrelles de (Org) Et Al. Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de Janeiro de 2008. Disponível Em: ≪Http://Portal.mec.gov.br/Arquivos/Pdf/Politicaeducespecial.pdf;≫ Acesso em 29 de Jan de 2014. Bibliografia Complementar: Jannuzzi, Gilberta. Algumas Concepções de Educação do Deficiente. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, V. 25, N. 3, Pp. 9-25, Maio 2004. Mendes, Enicéia Gonçalves. a Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: Anped, V. 11, N. 33, Pp. 389-406, Set/Dez 2006. Disponível Em: ≪Http://Www.scielo.br/Pdf/Rbedu/V11N33/A02V1133.Pdf;≫ Acesso em 6 de Set de 2011. Aquino, Julio. Groppa. (Org). Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas





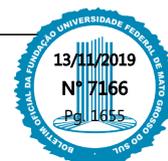
Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Teóricas e Práticas. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1998. Baptista, Claudio Roberto; Caiado, Katia Regina Moreno; Jesus, Denise Meyrelles de (Org). Educação Especial: Diálogo e Pluralidade. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. Garcia, Rosalba Maria Cardoso. Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Formação Docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, V. 18, N. 52, Pp. 101-119, Jan/Mar 2013. Disponível Em: ≪Http://Www.Scielo.br/Pdf/Rbedu/V18N52/07.Pdf;≫ Acesso em 29 de Jan de 2014.

- EPISTEMOLOGIA: O que é episteme? Origem e possibilidade do conhecimento. O real, a verdade e a objetividade como problemas epistemológicos. A construção do conhecimento no Ocidente. Racionalismo, empirismo, criticismo, idealismo e materialismo. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Bachelard, Gaston. **a Formação do Espírito Científico:** Contribuição para Uma Psicanálise do Conhecimento. Rio de Janeiro, Rj: Contraponto, 1996-2013. 314 P. Isbn 85-85910-11-7. Japiassu, Hilton. **Introducao ao Pensamento Epistemologico.** 6. Ed. Rio de Janeiro, Rj: F. Alves, 1991. 199 P. Descartes, René. **Meditações Metafísicas.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2005. 155 P. Isbn 8533621183. Japiassú, Hilton. o Mito da Neutralidade Científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. Japiassu, Hilton. Questões Epistemológicas. Rio de Janeiro: Imago, 1981. **Bibliografia Complementar:** Santos, Boaventura Souza. 2000. a Crítica da Razão Indolente – contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez. Chauí, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia.** 14. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2012. 520 P. Isbn 9788508134694 (Aluno). Descartes, René. **Discurso do Método.** São Paulo, Sp: Ícone, 2006. 94 P. (Coleção Fundamentos do Direito). Isbn 978-85-274-0858-9. Santos, Boaventura Sousa; Meneses, Maria Paula. (Orgs). Epistemologias do Sul. Coimbra-portugal. Edições Almedinas, 2009. Hessen, Johannes. **Teoria do Conhecimento.** 3. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2012. 177 P. Isbn 9788578275006.

- ESTADO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O neoliberalismo subordinado. O governo de FHC. O neoliberalismo neopopulista. Crise de acumulação e lutas políticas. As Jornadas de Maio e Junho de 2013. O impeachment de Dilma Rousseff. Governo Temer e neoliberalismo discricionário. **Bibliografia Básica:** Braga, Ruy. a Política do Precariado – do Populismo à Hegemonia Lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. Singer, André e Loureiro, Isabel (Orgs.). as Contradições do Lulismo – a que Ponto Chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. Paulani, Leda Maria. Brasil Delivery – Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. Martuscelli, Danilo. Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil. Curitiba: Crv, 2015. Singer, Andre. os Sentidos do Lulismo - Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. **Bibliografia Complementar:** Sader, Emir (Org.) 10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil - Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo e Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013. Duménil, Gérard e Lévy, Dominique. a Crise do Neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014. Maricato Et Al. Cidades Rebeldes - Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013. Harvey, David. Neoliberalismo - História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS I: A produção teórica sobre o currículo e gestão escolar no Brasil. Análise das relações sociais existentes na escola. Os níveis formais e reais da organização curricular. Observação e participação na dinâmica cotidiana em sala de aula. Atividades práticas de ensino supervisionadas. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Absenteísmo e mal estar docente. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Veiga, Ilma Passos Alencastro; Resende, Lúcia Maria Gonçalves de (Org). Escola: Espaço do Projeto Político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998. Pimenta, Selma Garrido. **o Estágio na Formação de Professores:** Unidade Teoria e Prática? 11. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2018. 224 P. Isbn 9788524918872. Arroyo, Miguel González. **Ofício de Mestre:** Imagens e Autoimagens. 14.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013. 251 P. Isbn 978-85-326-2407-9. André, Marli (Org). o Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. 4. Ed. Campinas: Papirus, 2005. Freitas, Maria Virgínia De; Papa, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas – Juventudes em Pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. **Bibliografia Complementar:** Maluf, Maria Irene. **Aprendizagem:** Tramas do Conhecimento, do Saber e da Subjetividade. Petrópolis : São Paulo: Vozes/Abpp, 2006. 244 P. Isbn 85-326-3392-7. Silva, Ileizi Fiorelli. a Sociologia no Ensino Médio: os Desafios Institucionais e Epistemológicos para a Consolidação da Disciplina. Cronos, Natal, V. 8, N. 2, Pp. 403-427, Jul/Dez 2007. Disponível Em: ≪Http://Www.cchla.ufrn.br/Cronos/Pdf/8.2/D3.Pdf;≫ Moraes, Amaury César. o que Temos de Aprender para Ensinar Ciências Sociais?. Cronos, Natal, V. 8, N. 2, Pp. 395-402, Jul/Dez 2007. Disponível Em: ≪Http://Www.cchla.ufrn.br/Cronos/ Pdf/8.2/D2.Pdf;≫ Acesso em 14 de Fev de 2011. Veiga, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. Campinas: Papirus, 1995. Mendonça, Sueli Guadalupe de Lima; Miller, Stela (Org.). **Vigotski e a Escola Atual:** Fundamentos Teóricos e Implicações Pedagógicas. 2. Ed. Rev. Araraquara, Sp: Junqueira&Marin; Marília, Sp: Cultura Acadêmica, 2014. X, 202 P. Isbn 9788586305825.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS II: A produção teórica sobre o currículo e gestão escolar no Brasil. Os níveis formais e reais da organização curricular. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Observação e participação na dinâmica cotidiana em sala de aula. Planejamento e execução de aulas no Ensino Médio – Regência. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Absenteísmo e mal estar docente. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Libâneo, José Carlos. **Didática.** São Paulo, Sp: Cortez, 1994-2012. 263 P. (Magistério 2º Grau. Formação do Professor). Isbn 85-249-0298-1. Aquino, Julio Groppa (Org.). **Indisciplina na Escola:** Alternativas Teóricas e Práticas. 17. Ed. São Paulo, Sp: Summus, 1996. 148 P. Isbn 9788532305831. Pimenta, Selma Garrido. o Estágio na Formação de Professores: Unidade, Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 1994. Abramovay, Miriam; Rua, Maria das Graças. Violência nas Escolas. Brasília: Unesco, 2004. Libâneo, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. Debarbieux, Eric; Blaya, Catherine (Org). Violências nas Escolas e Políticas Públicas. Brasília: Unesco, 2002. **Bibliografia Complementar:** Dayrell, Juarez. a Escola "Faz" as Juventudes? Reflexões em Torno da Socialização Juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, Vol. 28, N 100-especial, P.1105-1128, Out 2007. André, Marli (Org). o Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. 4. Ed. Campinas: Papirus, 2005. Lüdke, Menga (Coord). o Professor e a Pesquisa. 3. Ed. Campinas: Papirus Editora, 2004. Mendonça, Sueli Guadalupe de Lima; Miller, Stela (Org.). **Vigotski e a Escola Atual:** Fundamentos Teóricos e Implicações Pedagógicas. 2. Ed. Rev. Araraquara, Sp: Junqueira&Marin; Marília, Sp: Cultura Acadêmica, 2014. X, 202 P. Isbn 9788586305825. Abramovay, Miriam (Org) Et Al. Violência na Escola: América Latina e Caribe. Brasília: Unesco, 2003. André, Marli (Org). o Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. 4. Ed. Campinas: Papirus, 2005.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS III: Análise das relações sociais existentes na escola. A produção teórica sobre o currículo e gestão escolar no Brasil. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Profissionalização, choque de realidade e socialização profissional. Planejamento e execução de aulas no Ensino Médio – Regência. Elaboração e aplicação de material didático voltado ao desenvolvimento de temáticas sociológicas no Ensino Médio. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Lima, Angela Maria de Souza; Silva, Ileizi Luciana Fiorelli; Rezende, Maria José De. as Persistentes Desigualdades Brasileiras Como Temas para o Ensino Médio. Londrina: Uel, 2011. Handfas, Anita; Maçaira, Julia Polessa. Dilemas e Perspectivas da Sociologia na Educação Básica. Rio de Janeiro:





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Faperj/E-papers, 2002. Hernández, F.; Ventura, Montserrat. **a Organização do Currículo por Projetos de Trabalho:** o Conhecimento É um Caleidoscópio. 5. Ed. Porto Alegre, Rs: Penso, 1998-2009. 198 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 9788584290932. Brasil, Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Volume 3 - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Mec, 2006. Carvalho, Lejeune Mato Grosso de (Org). Sociologia e Ensino em Debate: Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. **Bibliografia Complementar:** Brito, Silvia Helena Andrade De; Silva, Kátia Karine Duarte Da. a Disciplina Sociologia no Contexto das Políticas Educacionais para o Ensino Médio em Mato Grosso do Sul (1999-2006). Disponível Em:

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS IV: O magistério como carreira: acesso, progressão e organização sindical. A produção teórica sobre o currículo e gestão escolar no Brasil. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. As orientações curriculares do Ensino Médio. Planejamento e execução de aulas no Ensino Médio – Regência. Construção e desenvolvimento de projeto de ensino que contemple problematizações sociológicas. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Nidelcolff, Maria Teresa. as Ciências Sociais na Escola. São Paulo: Brasiliense, 1987. Nogueira, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos:** Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. 7. Ed. São Paulo, Sp: Érica, 2012. 196 P. Isbn 978-85-7194-785-6. Vasconcellos, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002. Tomazi, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio, Volume Único.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Atual, 2014. 368 P. Isbn 9788535719475. **Bibliografia Complementar:** Martins, Lígia Márcia. **a Formação Social da Personalidade do Professor:** um Enfoque Vigotskiano. Campinas, Sp: Autores Associados, 2007. 154 P. (Formação de Professores). Isbn 9788574961682. Miceli, Sérgio (Org). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 2001. Queiroz, Tânia Dias; Braga, Márcia Maria Villanacci; Leick, Elaine Penha. Pedagogia de Projetos Interdisciplinares: Uma Proposta de Construção do Conhecimento a Partir de Projetos. São Paulo: Rideel, 2001. Hernández, Fernando. Transgressão e Mudança na Educação: os Projetos de Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

- ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: Introdução à estatística. Análise descritiva e exploratória de dados. Medidas de tendência central, variabilidade e correlação. Amostragem. Inferência estatística. **Bibliografia Básica:** Levin, Jack. Estatística Aplicada Às Ciências Humanas. 2. Ed. São Paulo: Editora Harbra, 1985. Barbeta, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada Às Ciências Sociais.** 9. Ed. Florianópolis, Sc: Ed. da Ufsc, 2015. 315 P. (Coleção Didática). Isbn 9788532806666. Cervi, Emerson Urizzi. Métodos Quantitativos nas Ciências Sociais: Uma Abordagem Alternativa ao Fetichismo dos Números e ao Debate com Qualitativas. In: Bourguignon, Jussara Ayres (Org). Pesquisa Social: Reflexões Teóricas e Metodológicas. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009. Fonseca, Jaime Raúl Seixas. Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldade de Uma Metodologia de Investigação. In: Anais do VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Jun 2008. **Bibliografia Complementar:** Steren dos Santos, Tania. do Artesanato Intelectual ao Contexto Virtual: Ferramentas Metodológicas para as Ciências Sociais. Sociologias, Porto Alegre, Ano 11, N. 21, Jan/Jun 2009. Minayo, Maria Cecília de Souza; Sanches, Odécio. Quantitativo-qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, V. 9, N. 3, Pp. 239-262, Jul/Set, 1993. Giddens, Anthony; Turner, Jonathan H. **Teoria Social Hoje.** São Paulo, Sp: Ed. Unesp, 1999. 609 P. (Biblioteca Básica). Isbn 85-7139-261-7.

- ESTUDOS DE LIBRAS: Fundamentos epistemológicos, históricos, políticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pessoa surda e suas singularidades linguísticas.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. O papel do professor e do intérprete de língua de sinais na escola inclusiva. Relações pedagógicas da prática docente em espaços escolares. Introdução ao estudo da Língua Brasileira de Sinais: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. **Bibliografia Básica:** Soares, Maria Aparecida Leite. a Educação do Surdo no Brasil. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. Quadros, Ronice Müller De. Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. Felipe, Tanya A. Libras em Contexto. Brasília: Mec/Seesp, 2001. Quadros, Ronice Müller De; Karnopp, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007. **Bibliografia Complementar:** Sá, Elizabet Dias De; Campos, Izilda Maria De; Silva, Myriam Beatriz Campolina. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. São Paulo: Mec, Secretaria de Educação Especial, 2007. Damazio, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado do Aluno com Surdez. São Paulo: Mec, Secretaria de Educação Especial, 2007. Novo Deit-libras, V.1: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas: Sinais de a a H - 2. Ed. Rev. e Amp, 2012. Quiles, Raquel Elizabeth Saes. Estudo de Libras. Campo Grande: Ufms, 2011.

- ESTUDOS DIRIGIDOS: A disciplina aborda fundamentos e orientações sobre a organização e subsídios para a eficiência nos estudos, tanto individual quanto em grupo. Engloba o desenvolvimento de atividades básicas referentes ao processo de comunicação escrita, leitura trabalhada e análise de textos; formas de documentação; características dos diferentes trabalhos acadêmico-científicos e sua elaboração; normas, método e rigor científico; planejamento e realização de seminários; entre outros procedimentos para as atividades de pesquisa e busca de fontes e bibliografias. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 6023: Informação e Documentação: Referência – Elaboração. Rio de Janeiro, 2000. Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2016. Xvi, 184 P. Isbn 9788522458233. Ruiz, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para Eficiência nos Estudos. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1995. Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Cortez, 2015. 304 P. Isbn 9788524913112. Oliveira, S. L. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999. **Bibliografia Complementar:** Carvalho, Alex Moreira. Aprendendo Metodologia Científica: Uma Orientação para Alunos de Graduação. 3. Ed. São Paulo: o Nome da Rosa, 2000. Lakatos, Eva Maria; Marconi, Maria de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007. Santos, Antônio Raimundo. Dos. Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento. 5. Ed. Rio de Janeiro: Dp&A, 2002. Máttar, João. **Metodologia Científica na Era da Informática.** 3. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 308 P. Isbn 8502036297.

- ETNOLOGIA INDÍGENA: Introdução aos estudos de etnologia indígena, enfatizando o contato dos povos indígenas brasileiros com a sociedade envolvente e os problemas e conflitos decorrentes desse processo. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Benites, Tonico. a Escola na Ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e Interpretações Indígenas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012. Oliveira, João Pacheco de (Org). a Viagem de Volta: Etnicidade, Política Cultural e Reelaboração da Identidade no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004. Ferreira, Andrey Cordeiro. Tutela e Resistência Indígena. São Paulo: Edusp, 2013. **Bibliografia Complementar:** José da Silva, Giovanni. a Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): Memória, Identidade e História. Dourados, Ed. Ufgd, 2014. Thomaz de Almeida, Rubem Ferreira. do Desenvolvimento Comunitário à Mobilização Política: o Projeto Kaiowa-ñandeva Como Experiência Antropológica. Rio de Janeiro: contra Capa Livraria, 2001. Pereira, Levi Marques. os Terena de Buriti: Formas Organizacionais, Territorialização e Representação da Identidade Étnica. Dourados: Ed. Ufgd, 2009.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- **FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO:** Filosofia da Educação e a análise de Conceitos. Concepções filosóficas de educação. O homem e suas relações com o mundo e o pensamento. Reflexão e prática pedagógica. Razão e educação na Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Princípios éticos e filosóficos na relação entre sociedade e natureza. Bibliografia Básica: Aranha, Maria Lúcia de Arruda.

Filosofia da Educação. 3. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Moderna, 2015. 327 P. Isbn 8516051390. Gadotti, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** 8. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2011. 319 P. (Série Educação). Isbn 8508044364. Ghiraldelli, Paulo Jr. o que É Filosofia da Educação? Rio de Janeiro: Dp&A, 2002. Platão. **a República.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Edipro, 2016. 432 P. Isbn 9788572838054. Bibliografia Complementar: Gadotti, Moacir.

Concepção Dialética da Educação: um Estudo Introdutório. 16. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2012. 207 P. Isbn 9788524919282. Chauí, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia.** 13. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2010. 424 P. Isbn 9788508089352. Matos, Olgária. Filosofia, a Polifonia da Razão: Filosofia e Educação. São Paulo: Scipione, 1997. Severino, Antonio Joaquim. Filosofia da Educação. São Paulo: Ftd, 1994. Buzzi, Arcângelo. Introdução ao Pensar: o Ser, o Conhecimento e a Linguagem. Petrópolis: Vozes, 2003.

- **FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:** Conceito de educação e escola. Dimensões da educação: ética, estética, técnica e política. Alteridade e educação. Educação e cultura. Educação como forma de emancipação. Caracterização da educação escolar: dimensões administrativas, pedagógicas, humanas, políticas e sociais. Escola e desigualdades sociais. Educação Ambiental. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Princípios éticos e filosóficos na relação entre sociedade e natureza. Bibliografia Básica: Brandão, Carlos Rodrigues. **a Educação Como Cultura.** Campinas, Sp: Mercado de Letras, 2007. 255 P. Isbn 85-85725-98-2 Adorno, Theodor W. **Educação e Emancipação.** Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 2011. 190 P. Isbn 978-85-7753-117-2. Nogueira, Maria Alice; Catani, Afranio M. **Escritos de Educação.** 13 Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 251 P. (Ciências Sociais da Educação). Isbn 9788532620538. Meneses, João Gualberto de Carvalho; Martelli, Anita Favoro. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: Leituras. São Paulo: Pioneira, 1998. Brandão, Carlos Rodrigues. **o que É Educação.** São Paulo, Sp: Brasiliense, 2013. 124 P. (Primeiros Passos (Brasiliense) ; 20). Isbn 978-85-11-01020-6. Bibliografia Complementar: Rios, Terezinha Azerêdo. **Compreender e Ensinar:** por Uma Docência da Melhor Qualidade. 8. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2011. 158 P. Isbn 9788524916076. Gadotti, Moacir.

Concepção Dialética da Educação: um Estudo Introdutório. 16. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2012. 207 P. Isbn 9788524919282. Mészáros, István. **a Educação para Além do Capital.** 2. Ed. Ampl. São Paulo, Sp: Boitempo, 2014. 126 P. (Mundo do Trabalho). Isbn 8575590685. Fernandes, Florestan. o Desafio Educacional. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

- **FUNDAMENTOS DE DIDÁTICA:** Bases epistemológicas e históricas da didática. Didática na formação docente. Organização do trabalho e das relações pedagógicas no espaço escolar. Planejamento: projeto pedagógico da escola, plano de ensino e plano de aula. Identificação e análise de estratégias de ensino, da natureza dos conteúdos e das formas de avaliação. Bibliografia Básica: Candau, Vera Maria. a Didática em Questão. Petrópolis: Vozes, 1999. Libâneo, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2000. Tardif, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. 5. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. Aguiar, Carmen Maria. Educação, Cultura e Criança. Campinas: Papirus, 1994. Fazenda, Ivani Catarina Arantes (Org). Práticas Interdisciplinares na Escola. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. Bibliografia Complementar: Moreira, Antonio Flávio; Silva, Tomaz Tadeu da (Org). Currículo, Cultura e Sociedade. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. Mizukami, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as Abordagens do Processo. São Paulo: Epu, 1986. Sant'anna, Flávia Maria Et Al. Planejamento de Ensino e Avaliação. 11. Ed. Porto Alegre: Sagra-dc Luzzato, 1995. Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord). Repensando a Didática. 13. Ed. São Paulo: Papirus, 1998. Saviani, Nereide. Saber Escolar, Currículo e Didática: Problemas da Unidade





Conteúdo/Método no Processo Pedagógico. 3. Ed. Rev. Campinas: Autores Associados, 2000.

- **GÊNERO E SEXUALIDADES:** Gênero e Sexualidade na Antropologia Clássica. Natureza e Cultura. Família e Parentesco. Sistemas Sexo/Gênero. Visões da Diversidade Sexual. Teorias Sociológicas de “Construção Social”. Sexualidade, Poder e Regulação social. Políticas da sexualidade. Teorias de Performatividade. Sexualidade e marcadores sociais de diferença. Alguns temas de pesquisa contemporânea no Brasil. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Rosaldo, Michele; Lamphere, Louise (Org). a Mulher, a Cultura, a Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Velho, Gilberto; Duarte, Luiz Fernando Dias (Org). Gerações, Família, Sexualidade. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. Laqueur, Thomas. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Butler, Judith. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Piscitelli, Adriana; Gregori, Maria Filomena; Carrara, Sérgio (Org). Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. **Bibliografia Complementar:** Brah, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. Cadernos Pagu, N. 26, Pp. 329-376, 2006. Foucault, Michel. História da Sexualidade I – a Vontade de Saber. 14. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. Perlongher, Nestor. o Negócio do Michê. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. Díaz-benitez, María Elvira; Figari, Carlos Eduardo. Prazeres Dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Giumbelli, Emerson (Org). Religião e Sexualidade: Convicções e Responsabilidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- **HISTÓRIA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA:** Intervenções coloniais na África e a resistência africana. A África e as Guerras Mundiais. Descolonização africana e os movimentos de libertação. A questão da unidade nacional, conflitos étnicos e regionais e outros problemas da atualidade. Os Estados Pós-Coloniais e a política externa de países africanos. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Hernandez, Leila Leite. África em Sala de Aula: Visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008. Nascimento, Elisa Larkin (Org). a Matriz Africana no Mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008. Visentini, Paulo Fagundes; Ribeiro, Luiz Dario Teixeira; Pereira, Analúcia Danilevicz. História da África e dos Africanos. Petrópolis: Vozes, 2013. Appiah, Kwame Anthony. na Casa de Meu Pai: a África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. Venâncio, José Carlos. o Fato Africano: Elementos para Uma Sociologia da África. Recife: Massangana, 2009. **Bibliografia Complementar:** Braga, Pablo Rezende Saturnino. África do Sul: a Rede Transnacional de Ativismo contra o Apartheid na África do Sul. Brasília: Funag, 2011. Pereira, Analúcia Danilevicz. a Revolução Sul-africana. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. McClintock, Anne. Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010. Wesseling, H. L. Dividir para Dominar. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj/Revan, 1998. Hugon, Philippe. Geopolítica da África. Rio de Janeiro: Ed. Fgv, 2010.

- **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL:** A consolidação do campo da educação. História da educação no Brasil. As Ciências Sociais na educação brasileira. O processo de institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil. Ensino de Sociologia: desafios e perspectivas. Princípios de Direitos Humanos. Princípios éticos e filosóficos na relação entre sociedade e natureza. A produção teórica sobre currículo e gestão escolar no Brasil. Identidade, diversidade e diferença no currículo e na gestão da escola. O magistério como carreira: acesso, progressão e organização sindical. **Bibliografia Básica:** Favero, Osmar (Org). a Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2001. Alves, Eva Maria Siqueira; Costa, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos His-tóricos da Cadeira de Sociologia nos Estudos Secundários (1892-1925). Revista Bras-leira de História da Educação, V. 12, Pp. 31-51, 2006. Aranha, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia:** Geral e Brasil. 3. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Moderna, 2014. 384 P. Isbn 85-16-05020-3. Meucci, Simone.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Institucionalização da Sociologia no Brasil: Primeiros Manuais e Cursos. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2011. Brasil, Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Volume 3 - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Mec, 2006. **Bibliografia Complementar:** Brito, Silvia Helena Andrade De; Silva, Kátia Karine Duarte Da. a Disciplina Sociologia no Contexto das Políticas Educacionais para o Ensino Médio em Mato Grosso do Sul (1999-2006). Disponível Em: ≪Http://Www.anpae.org.br/Simposio2011/Cdrom2011/Pdfs/Trabalhoscompletos /Comunicacoesrelatos/0491.Pdf ;≫ . Silva, Ileizi Fiorelli. a Sociologia no Ensino Médio: os Desafios Institucionais e Epistemológicos para a Consolidação da Disciplina. Cronos, Natal, V. 8, N. 2, Pp. 403-427, Jul/Dez 2007. Disponível Em: Http://Www.cchla.ufrn.br/Cronos /Pdf/8.2/D3.Pdf. Sarandy, Flávio. Propostas Curriculares em Sociologia. as Disputas Teóricas e Políticas em Torno do Currículo para a Sociologia. Inter-legere, Natal, N. 9, Jul/Dez 2011.

- HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA: Formação dos Estados nacionais. O renascimento científico e artístico. Racionalismo e Iluminismo. Absolutismo. Revolução Industrial. Expansão imperialista dos Estados europeus. A época contemporânea: a consolidação e as mudanças do capitalismo nos séculos XIX e XX. Tipos de Estado, ideologias, movimentos sociais e revoluções nos séculos XIX e XX. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Arruda, José Jobson de A. **a Grande Revolução Inglesa, 1640-1780:** Revolução Inglesa e Revolução Industrial na Construção da Sociedade Moderna. São Paulo, Sp: Hucitec, 1996. 210 P. (Série Teses). Isbn 8527103478. Huberman, Leo. **História da Riqueza do Homem.** 22. Ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro, Rj: Ltc, 2010-2013. 295 P. Isbn 978-85-216-1734-1. . Anderson, Pierre. Linhagens do Estado Absolutista. Porto: Ed. Afrontamento, 1984. Arendt, Hannah. **sobre a Revolução.** São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2016. 410 P. Isbn 9788535918465. **Bibliografia Complementar:** Cassirer, Ernst. a Filosofia do Iluminismo. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 1992. Baumer, Franklin. o Pensamento Europeu Moderno. V.1, Lisboa: Ed. 70, 1990. Balandier, Georges. o Poder em Cena. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1982.

- HISTÓRIA REGIONAL: As frentes de ocupação do antigo sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), a Guerra do Paraguai. Os ciclos da economia regional. A questão indígena regional. Correntes migratórias e imigratórias. A divisão do Estado de Mato Grosso. Os processos sociais atuais. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Dourado, Maria Teresa Garritano. **a História Esquecida da Guerra do Paraguai:** Fome, Doenças e Penalidades. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2014. 316 P. Isbn 9788576134725. Martins, Gilson Rodolfo. **Breve Painel Etno-histórico de Mato Grosso do Sul.** 2. Ed. Ampl. e Rev. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2002. 98 P. Isbn 858591792X. Corrêa, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso:** 1889-1943. 2. Ed. Rev. e Atual. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2006. 231 P. Isbn 9788576130815. Bittar, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a Construção de um Estado, Volume 1:** Regionalismo e Divisionismo no Sul de Mato Grosso. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2009. 411 P. Isbn 978-85-7613-231-8. Bittar, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a Construção de um Estado, Volume 2:** Poder Político e Elites Dirigentes Sul-matogrossenses. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2009. 494 P. Isbn 978-85-7613-232-5. **Bibliografia Complementar:** Oliveira, Vitor Wagner Neto De. **Estrada Móvel, Fronteiras Incertas:** os Trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926). Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2005. 204 P. Isbn 8576130548. Campestrini, Hildebrando. História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ihgms, 2009. Corrêa, Lúcia Salsa. **História e Fronteira:** o Sul de Mato Grosso : 1870-1920. 2. Ed. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2012. 300 P. Isbn 9878576133759. Galetti, Lylia da Silva Guedes. nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidade nas Representações sobre Mato Grosso. São Paulo: Usp, 2000. Canavarros, Otávio. o Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752). Cuiabá: Ed. Ufms, 2004.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- **INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA** : Conceitos elementares e objetos da Antropologia. Métodos e técnicas básicas do trabalho do antropólogo. Os estudos embrionários, o contexto de formação da disciplina e as primeiras correntes do pensamento antropológico. Implicações éticas do trabalho do antropólogo. Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Castro, Celso; Morgan, Lewis Henry; Tylor, Edward Burnett; Frazer, James George. **Evolucionismo Cultural:** Textos de Morgan, Tylor e Frazer. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2009. 127 P. (Antropologia Social). Isbn 978-85-7110-857-8. Eriksen, Thomas Hylland; Nielsen, Finn Sivert. **História da Antropologia.** [5 Ed.]. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 261 P. Isbn 978-85-326-3428-3. Haviland, William A. Et Al. **Princípios de Antropologia.** São Paulo, Sp: Cengage Learning, 2011. 473 P. Isbn 978-85-221-1055-1. Oliveira, Roberto Cardoso De. **o Trabalho do Antropólogo.** 3. Ed. São Paulo, Sp: Ed. Unesp; Paralelo 15, 2006. 221 P. Isbn 8571396825. **Bibliografia Complementar:** Laraia, Roque de Barros. **Cultura: um Conceito Antropológico.** 24. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2009. 117 P. (Coleção Antropologia Social). Isbn 9788571104389. Santos, J. L. o que É Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. Damatta, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social.** Rio de Janeiro, Rj: Rocco, 2010. 285 P. Isbn 85-325-0154-0.

- **INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA HUMANA:** Noções e conceitos básicos da geografia. O lugar do espaço na teoria social crítica. Estudo das relações espaciais e a dinâmica político-econômica capitalista. As problemáticas urbanas e rurais do Brasil contemporâneo. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Andrade, Manuel Correia De. Geografia, Ciência e Sociedade – Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. Carlos, Ana Fani Alessandri. o Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007. Corrêa, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1999. **Bibliografia Complementar:** Becker, Bertha; Miranda, Mariana (Org). a Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1997. Andrade, Manuel Correia De. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Ática, 1989. Santos, Milton. o Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 2007.

- **INTRODUÇÃO À POLÍTICA:** O que é política. O objeto de estudo da Ciência Política. Ciência Política e demais ciências sociais. O nascimento da Ciência Política. Desenvolvimento histórico da Ciência Política. Princípios de Direitos Humanos. Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Duverger, Maurice. Ciência Política: Teoria e Método. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 Weffort, Francisco C. (Org.). **os Clássicos da Política:** Volume 1 : Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista". 14. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2010. 287 P. (Série Fundamentos; 62). Isbn 9788508105908. Carnoy, Martin. **Estado e Teoria Política.** 17. Ed. Campinas, Sp: Papirus, 2013-2014. 352 P. Isbn 978-85-308-0121-2. Minogue, Kenneth. Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Maar, Wolfgang Leo. **o que É Política.** 16. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 2009. 109 P. (Coleção Primeiros Passos ; 54). Isbn 9788511010541. **Bibliografia Complementar:** Saes, Décio. Democracia. São Paulo: Ática, 1987. Miliband, Ralph. Marxismo e Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Lipset, Martin Lipset. o Homem Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 Bottomore, Thomas Burton. Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Gunnell, John G. Teoria Política. Brasília: Eub, 1981.

- **INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA** : O campo e o objeto da Sociologia. Origens e principais precursores do Pensamento Sociológico. O pensamento de Durkheim, Weber e Marx. Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Weber, Max. **a Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo.** São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2006-2014. 335 P. Isbn 8535904700. Marx, Karl; Engels, Friedrich. **a Ideologia Alemã:** Crítica da Mais Recente Filosofia Alemã em seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus Diferentes Profetas. Rio de Janeiro, Rj: Civilização Brasileira, 2007. 643P. Isbn 9788520007426. Martins, Carlos B. **o que É Sociologia.** São





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Paulo, Sp: Brasiliense, 2006-2013. 100 P. (Coleção Primeiros Passos ; 57). Isbn 85-11-01057-2. Durkheim, Émile. **as Regras do Método Sociológico**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 165 P. (Coleção Tópicos). Quintaneiro, Tânia. um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Ufmg, 2002. Bibliografia Complementar: Marx, Karl. **o Capital, Volume I: Crítica da Economia Política, Livro Primeiro : o Processo de Produção do Capital**. 14. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Bertrand Brasil, 1994. 579 P. Isbn 8528602974. Weber, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 16. Ed. São Paulo, Sp: Cultrix, 2010. 124 P. Isbn 978-85-316-0047-0. Weber, Max. **Economia e Sociedade, Volume 1: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 4. Ed. Brasília, Df: Ed. Unb, 2015. Xxxvii, 422 P. Isbn 9788523003142. Aron, Raymond. **as Etapas do Pensamento Sociológico**. 7. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2015. Xxviii, 884 P. (Coleção Tópicos). Isbn 9788533624047. Cohn, Gabriel. **Max Weber: Sociologia**. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2008. 167 P. (Grandes Cientistas Sociais ; 13) Isbn 978-85-08-01145-2.

- LÍNGUA PORTUGUESA: História da Língua Portuguesa. Variação linguística e Português Brasileiro. Ortografia. Noção de texto. Tipos e gêneros de texto. Morfologia, Sintaxe e Semântica. Figuras de linguagem. Funções da linguagem. Linguagem, ideologia e poder. Educação Ambiental. Bibliografia Básica: Marcos Bagno. Gramática Pedagógica do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola, 2011. Brasil, Imprensa Nacional. Manual de Redação da Presidência da República. 2. Ed. 2002. Bechara, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Koch, Ingedore. Villaça. o Texto e a Construção dos Sentidos. São Paulo: Contexto, 2000. Platão, F.; Fiorin, J. L. para Entender o Texto: Leitura e Redação. São Paulo: Ática, 2002. Bibliografia Complementar: Koch, Ingedore. Villaça. a Inter-ação pela Linguagem. São Paulo: Contexto, 1992. Câmara Jr., Joaquim Matoso. História e Estrutura da Língua Portuguesa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. Soares, Magda. Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social. 17. Ed. São Paulo: Ática, 2001. Gnerre, Maurizio. Linguagem, Escrita e Poder. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Geraldi, João Wanderley. Et Al. (Orgs.). o Texto na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 1999.

- MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: A Sociologia no Ensino Médio. Propostas curriculares nacionais na área de Sociologia, suas perspectivas prático-metodológicas e possibilidades para o cotidiano escolar. Métodos e técnicas para o ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio. Princípios de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Handfas, Anita; Oliveira, Luiz Fernandes de (Org). a Sociologia Vai à Escola: História, Ensino e Docência. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2009. Moraes, Amaury Cesar de (Org). Coleção Explorando o Ensino de Sociologia. Brasília: Mec, 2010. Brasil, Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Volume 3 – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Mec, 2006. Carvalho, Lejeune Mato Grosso de (Org). Sociologia e Ensino em Debate: Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. Lima, Ângela Maria de Sousa. **Sugestões Didáticas de Ensino de Sociologia**. Londrina, Pr: Uel, 469 P. Isbn 978-85-7846-128-7. Bibliografia Complementar: Lima, Ângela Maria de Souza; Silva, Ileizi Luciana Fiorelli; Rezende, Maria José De. as Persistentes Desigualdades Brasileiras Como Temas para o Ensino Médio. Londrina: Uel, 2011. Queiroz, Tânia Dias; Braga, Márcia Maria Villanacci; Leick, Elaine Penha. Pedagogia de Projetos Interdisciplinares: Uma Proposta de Construção do Conhecimento a Partir de Projetos. São Paulo: Rideel, 2001. Tomazi, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio, Volume Único**. 4. Ed. São Paulo, Sp: Atual, 2014. 368 P. Isbn 9788535719475.

- MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: Introduzir os acadêmicos nos procedimentos de pesquisa mais usuais nas ciências sociais e levá-los à compreensão do papel da pesquisa empírica no desenvolvimento científico. Introduzir temas básicos da metodologia: conceituação de pesquisa, método e técnica; pesquisa básica e





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

aplicada; problema social e problema de investigação; pesquisa qualitativa e quantitativa; pesquisa de campo, de laboratório e documental; pesquisa exploratória, descritiva e de verificação de hipóteses; hipóteses; fontes. Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Durham, Eunice Ribeiro; Cardoso, Ruth. **a Aventura Antropológica:** Teoria e Pesquisa. 4. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 2004. 156 P. Isbn 85-219-0155-0. Becker, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993. Bourdieu, Pierre; Chamboredon, J. C.; Passeron, Jean-claude. **Ofício de Sociólogo:** Metodologia da Pesquisa na Sociologia. 6. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007. 328 P. Isbn 9788532617750. Richardson, Roberto Jarry; Peres, José Augusto de Souza Et Al. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. 3. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Atlas, 2012. 334 P. Isbn 9788522421114. Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 34. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015. 108 P. (Coleção Temas Sociais). Isbn 9788532611451. **Bibliografia Complementar:** Minayo, Maria Cecília de Souza. **o Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14. Ed. São Paulo, Sp: Hucitec, 2014. 407 P. (Saúde em Debate; 46). Isbn 9788527101813. Hucitec-abrasco, 1993. Bruyne Paul De, Herman Jacques; Schoutheete Marc De. Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. Fleischer, Soraya (Org). Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica. Brasília: Letras Livres; Edunb, 2010. Bachelard, Gaston. **a Formação do Espírito Científico:** Contribuição para Uma Psicanálise do Conhecimento. Rio de Janeiro, Rj: Contraponto, 1996-2013. 314 P. Isbn 85-85910-11-7.

- **NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS:** Métodos e normas de produção acadêmica e comunicação científica. Características dos diferentes trabalhos acadêmico-científicos e sua elaboração. Normas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que se refere à elaboração de trabalhos acadêmico-científicos. Pesquisa e busca de fontes de informação e referências bibliográficas. **Bibliografia Básica:** Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 14274/2005: Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 6022: Informação e Documentação: Artigo em Publicação Periódica Científica Impressa: Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5P Lakatos, Eva Maria; Marconi, Maria de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007. Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Cortez, 2015. 304 P. Isbn 9788524913112. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 10520/2002: Informação e Documentação – Citações – Elaboração. **Bibliografia Complementar:** Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2016. Xvi, 184 P. Isbn 9788522458233. Carvalho, Maria Cecília Maringoni de (Org). Construindo o Saber: Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas. Campinas: Papirus, 1994. Máttar, João. **Metodologia Científica na Era da Informática.** 3. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 308 P. Isbn 8502036297.

- **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E GESTÃO DA ESCOLA :** A produção teórica sobre currículo e gestão escolar no Brasil. Políticas e práticas de currículo e gestão. O currículo como organização geral da escola. Os níveis formais e reais da organização curricular. As orientações curriculares do Ensino Fundamental e Médio. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Identidade, diversidade e diferença no currículo e na gestão da escola. **Bibliografia Básica:** Bernstein, Basil. a Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle. Petrópolis: Vozes, 1996. Hypolito, A.m. Et Al. Democracia Participativa e Gestão Escolar em Diferentes Contextos: Uma Construção Teórico?Metodológica. In: Hypolito, A. M.; Leite, M.c.l.; Dall'igna, M. A.; Marcolla, V. (Orgs.) Gestão Educacional e Democracia Participativa. Porto Alegre : Editora da Ufrgs, 2008. Romão, J. E. Dialética da Diferença: o Projeto da Escola Cidadã Frente ao Projeto Pedagógico Neoliberal. São Paulo: Cortez/Ipff, 2000. Beane, J. A. Integração Curricular: a Concepção do Núcleo da Educação Democrática. Lisboa: Didáctica Editora, 2002. Lopes, Alice C. Integração e Disciplinas nas





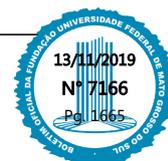
Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Políticas de Currículo. In: _____; Macedo, Elizabeth F. De. Cultura e Política de Currículo. Araraquara (Sp): Junqueira&Marin, 2006.. **Bibliografia Complementar:** Moita, F. Currículo, Conhecimento, Cultura: Estabelecendo Diferenças, Produzindo Identidades. João Pessoa: Ufpb, 2004. Saviani, Nereide. Elaboração e Implementação do Currículo: Alguns Enfoques e Problemas Atuais. Disponível Em: ≪Http://Classicosbrasileiros.blogspot.com/2004_11_01_Archive.html;≫Acesso Em: 10 Ago. 2011. Lück, Heloísa. Gestão Educacional. Uma Questão Paradigmática. 4 Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Hora, Dinair Leal. Gestão Educacional Democrática. Campinas: Alínea, 2007. Saviani, Nereide. Saber Escolar, Currículo e Didática. 4 Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

- ORIGEM DO HOMEM E ANTIGAS CIVILIZAÇÕES: O surgimento da humanidade e seu desenvolvimento até a formação das primeiras civilizações. O povoamento do continente americano. Cultura e organização social das sociedades pré-colombianas. **Bibliografia Básica:** Olson, Steve. a História da Humanidade. Rio de Janeiro: Câmpus, 2003. Stanford, Craig. Como nos Tornamos Humanos: um Estudo da Evolução da Espécie Humana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Silva, Francisco Darlos Teixeira Da; Cabral, Ricardo; Munhoz, Sidnei. Impérios na História. São Paulo: Elsevier Brasil, 2009. Fausto, Carlos. os Índios Antes do Brasil. 3A Ed. Rio de Janeiro Zahar, 2005. Cook, Michael. Uma Breve História do Homem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. **Bibliografia Complementar:** Diamond, Jared. Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas. São Paulo: Record, 1997. Pinsky, Jaime. as Primeiras Civilizações. São Paulo: Atual, 1994. Wolf, Eric Robert. **a Europa e os Povos sem História.** São Paulo, Sp: Edusp, 2005-2009. 595 P. (Clássicos ; 30). Isbn 978-85-314-0895-3. Prous, André. o Brasil Antes dos Brasileiros: a Pré-história do Nosso País. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. Neves, Walter Alves; Piló, Luís Beethoven. o Povo de Luzia: em Busca dos Primeiros Americanos. São Paulo: Ed. Globo, 2008.

- PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO I: Estudo das ideias e ações dos principais pensadores sociais brasileiros no período que compreende o século XIX até a década de 1930, abrangendo suas influências teóricas, suas reflexões sobre a formação da nação, da cultura, da economia, da política e da identidade brasileira e suas aspirações para o futuro do país. Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Capistrano de Abreu, José. Capítulos de História Colonial. Brasília: Editora da Unb, 1982. Freyre, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 51. Ed. Rev. São Paulo, Sp: Global, 2013. 727 P. [1] F. de Estampa Dob (Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil ; 1). Isbn 8526008692. Oliveira Vianna, Francisco José. Instituições Políticas Brasileiras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. Andrada e Silva, José Bonifácio De. Projetos para o Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Holanda, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1995-2013. 220 P. Isbn 978-85-7164-448-9. **Bibliografia Complementar:** Varnhagen, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. V. 3, São Paulo: Edusp, 1981. Reis, José Carlos. **as Identidades do Brasil, 1:** de Varnhagen a Fhc. 9. Ed. Ampl. Rio de Janeiro, Rj: Ed. Fgv, 2012. 278 P. Isbn 9788522505968. Torres, Alberto. o Problema Nacional Brasileiro. Brasília: Editora da Unb, 1982.

- PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO II: Estudo das contribuições dos principais pensadores sociais brasileiros recentes e contemporâneos, abarcando suas influências teóricas, suas reflexões sobre a formação da nação, da cultura, da economia, da política e da identidade brasileira. **Bibliografia Básica:** Fernandes, Florestan. a Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006. Cardoso, Fernando Henrique. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Prado Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987. Faoro, Raymundo. os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 2008. **Bibliografia**





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Complementar: Damatta, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Ribeiro, Darcy. **o Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2010. 435 P. (Companhia de Bolso). Isbn 8535907815.

- **POLÍTICAS EDUCACIONAIS:** Gênese e concepção das políticas no Brasil. Direitos sociais: direitos humanos e fundamentais. Estado, sociedade e políticas para a educação básica. Organização dos sistemas de ensino. Financiamento da educação em seus diferentes níveis e modalidades. Determinantes do desempenho educacional brasileiro. Políticas educacionais contemporâneas no âmbito municipal, estadual, nacional. Bibliografia Básica: Azevedo, Janete Maria Lins De. a Educação Como Política Pública. Campinas: Autores Associados, 1997. Libâneo, José Carlos; Oliveira, João Ferreira De; Toschi, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003. Meneses, João Gualberto de Carvalho Et Al. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: Leituras. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999. Dourado, Luis Fernandes; Paro, Vitor Henrique (Org). Políticas Públicas E Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001. Ferreira, Naura Síría Carapeto (Org). Políticas Públicas e Gestão da Educação: Polêmicas, Fundamentos, Análises. Brasília: Líber, 2007. Bibliografia Complementar: Melo, Adriana Almeida Sales De. a Mundialização da Educação: Consolidação do Projeto Neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004. Saviani, Dermeval. a Nova Ldb da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1999. Sampaio, Maria das Mercês Ferreira (Org). o Cotidiano Escolar Face Às Políticas Educacionais. Araraquara: Jm Editora, 2002. Sader, Emir; Gentili, Pablo (Org). Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz & Terra, 1995. Senna, Ester (Org). Trabalho, Educação e Política Pública. Campo Grande: Edufms, 2003.

- **PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS:** Leitura do mundo e leitura de textos. Elementos básicos para a produção de textos: articulação morfosintática do texto. Coerência e coesão textual. Organização interna dos parágrafos. Ligação semântica entre os parágrafos. Correção gramatical. Revisão e reescrita orientadas de textos. Processos de leitura e produção textual pertinentes ao espaço acadêmico. Textualidade. Especificidade do texto literário. Educação Ambiental. Bibliografia Básica: Koch, Ingedore Villaça e Elias, Vanda Maria. Ler e Escrever: Estratégias de Produção Textual. São Paulo: Contexto, 2006. Mandryk, D. Língua Portuguesa: Prática de Redação para Estudante Universitário. Petrópolis, Rj: Vozes, 2004. Cunha, C. e Cintra, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. Machado, Anna Rachel (Coord). Planejar Gêneros Acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005. Costa Val, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Bibliografia Complementar: Liberman, Regina; Silva, Ezequiel Theodoro (Org.). Leitura: Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1999. Fiorin, J. L. Lições de Texto. Leitura e Redação. São Paulo: Ática, 2006. Kleiman, Ângela. Oficina de Leitura. Aspectos Cognitivos da Leitura. São Paulo: Pontes, 2008. Machado, Anna Rachel (Coord). Resenha. São Paulo: Parábola, 2004. Machado, Anna Rachel. Resumo. São Paulo: Parábola, 2004.

- **PRÁTICAS INTEGRADORAS PARA FORMAÇÃO DOCENTE:** Ações integradoras entre as Licenciaturas. Problemática da Formação de Professores e Desafios da Educação Básica por meio de diferentes áreas de conhecimentos. Diálogos interdisciplinares sobre educação básica e temas transversais. Educação Ambiental. Bibliografia Básica: Morin, Edgar. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Santos, Boaventura de Sousa. **Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente:** um Discurso sobre as Ciências Revisitado. 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2006. 821 P. Isbn 8524909838. Santos,





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Lucíola Paixão. História das Disciplinas Escolares. Teoria & Educação. Porto Alegre, N. 2, 1990. P.21-29. Fazenda, I. C. A. o que É Interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008. Santos, Milton. por Uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec; 2002. **Bibliografia Complementar:** Veiga-neto, Alfredo. Currículo e Interdisciplinaridade. In: Moreira, Antonio Flavio B. (Org.) Currículo: Questões Atuais. Campinas: Papirus, 1997. Kuhn, Thomas S. **a Estrutura das Revoluções Científicas**. 11. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 260 P. (Coleção Debates ;) Isbn 978-85-273-0111-4 Philippi Jr., A. (Et Al.) Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000. Japiassu, Hilton. Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Gallo, Sílvio. Transversalidade e Educação: Pensando Uma Educação Nãodisciplinar. In: Alves, Nilda & Leite, Regina. o Sentido da Escola. Rio de Janeiro: Dp&A, 2000.

- **PROFISSÃO DOCENTE: IDENTIDADE, CARREIRA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL** : A construção da identidade profissional: relações de gênero, classe e as representações socioculturais da profissão. Profissionalização, choque de realidade e socialização profissional. O magistério como carreira: acesso, progressão e organização sindical. Absenteísmo e mal-estar docente. **Bibliografia Básica:** Alarcão, I. (Org.). Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão. Porto, Porto Editora, 1996. Duarte, N. o Conhecimento Tácito e Conhecimento Escolar na Formação do Professor (Por que Donald Schön Não Entendeu Luria). Revista Educação e Sociedade, Vol.24, Nº 83, P.601-625, Agosto 2003. Disponível em ≪ [Http://Www.scielo.br/Pdf/Es/V24N83/A15V2483.Pdf;≫](http://Www.scielo.br/Pdf/Es/V24N83/A15V2483.Pdf;≫). Acesso Em: 02 Abr. de 2018. Arroyo, M. G. Ofício de Mestre. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Saviani, D. os Saberes Implicados na Formação do Educador. In: Bicudo, M. A.; Silva Junior, C. A. (Orgs.). Formação do Educador: Dever do Estado, Tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996. Freire, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996. **Bibliografia Complementar:** Pèrez Gómez, A.i. a Cultura Escolar na Sociedade Neoliberal. Porto Alegre: Artmed, 2001. Gurgel, Cláudio. a Educação entre o Valor e a Mercadoria. Universidade e Sociedade. Ano Xvi, Nº 39, Fev, 2007. Disponível Em: ≪ [Http://Portal.andes.org.br;≫](http://Portal.andes.org.br;≫). Acesso Em: 02 Abr. de 2018. Saviani, Dermeval. Escola e Democracia: Teoria da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre a Educação Política. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 41A Ed., 2009. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo; 5) Saviani, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2A Ed., 2008. (Coleção Memória da Educação). Bourdieu, Pierre. sobre o Poder Simbólico. In: Bourdieu, Pierre. o Poder Simbólico. trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, P.07-16.

- **PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO** : Bases epistemológicas das teorias behaviorista, humanista, cognitivista, psicanalítica e histórico - cultural. A relação Psicologia e Educação e seu papel na formação docente. A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem e a organização do trabalho pedagógico. A subjetividade e as relações no âmbito da escolarização. As contribuições das teorias psicológicas para o processo de ensino e aprendizagem. **Bibliografia Básica:** Aberastury de Pichón Rivière, Arminda; Knobel, Maurício. Adolescência Normal: um Enfoque Psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 2008. Vigotsky, Lev Semenovitch; Cole, Michael. a Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Davidoff, Linda L. Introdução à Psicologia. 3. Ed. São Paulo: Pearson, 2012 La Taille, Yves De; Oliveira, Marta Kohl De; Dantas, Heloysa de Lima. Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. 23. Ed. São Paulo: Summus, 1992. Bock, Ana Mercês Bahia; Furtado, Odair; Trassi, Maria de Lourdes. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. **Bibliografia Complementar:** D'andrea, Flávio Fortes. Desenvolvimento da Personalidade: Enfoque Psicodinâmico. 17. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Coll, César; Marchesi, Álvaro; Palácios, Jesus. Desenvolvimento Psicológico e Educação, V. 1, 2,





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

3. Psicologia Evolutiva. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. Sperling, Abraham P. Introdução à Psicologia. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 1999. Carrara, Kester. Introdução à Psicologia da Educação: Seis Abordagens. São Paulo: Avercamp, 2010. Davis, Cláudia. Psicologia na Educação. 2. Ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2000.

- **RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO:** O contexto histórico da construção e conceituação da categoria Gênero. Relações de poder e relações de gênero. A utilização da categoria Gênero frente às conjunturas da sociedade contemporânea. Identidades e subjetividades de homens e mulheres. Relações de gênero na escola. Educação para a igualdade de gênero. Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Louro, Guacira Lopes; Neckel, Jane Felipe; Goellner, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um Debate Contemporâneo na Educação. Petrópolis, Rj: Vozes, 2003. 191 P. Isbn 85-326-2914-8 Bourdieu, Pierre. **a Dominação Masculina.** 9. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Bertrand Brasil, 2010. 158 P. Isbn 978-85-286-0705-5. Auad, Daniela. **Educar Meninas e Meninos:** Relações de Gênero na Escola. 2. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2012. 92 P. Isbn 978-85-7244-310-4. Del Priore, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 10. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2018. 678 P. Isbn 9788572442565. Schienbinger, Londa. o Feminismo Mudou a Ciência? Bauru: Edusc, 2001. **Bibliografia Complementar:** Chartier, Roger. Diferenças entre Sexos e Dominação Simbólica. Cadernos Pagú, Campinas, N. 4, 1995. Rosemberg, Fúlvia. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. Revista Estudos Feministas. V. 9, N. 2, Pp. 515-540, 2001. Benoit. Lelita Oliveira. Feminismo, Gênero e Revolução. Crítica Marxista, N. 11, 2000. Scott, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, V. 20, N.2, Pp. 71-100, Jul/Dez 1995. Puppín, Andréa Brandão; Muraro, Rose Marie (Org). Mulher, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2001.

- **SEMINÁRIO DE PESQUISA I:** A pesquisa em Ciências Sociais: do referencial teórico à aplicação metodológica. Elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. Atividades práticas de ensino supervisionadas. A gestão democrática e o Projeto Político e Pedagógico. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2016. Xvi, 184 P. Isbn 9788522458233. Carvalho, Maria Cecilia Maringoni de ((Org.)). **Construindo o Saber:** Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas. 24. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2012. 224 P. Isbn 9788530809119. André, Marli Eliza. **Etnografia da Prática Escolar.** 13. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2007. 128 P. (Prática Pedagógica). Isbn 85-308-0376-0. Bourdieu, Pierre; Chamboredon, J. C.; Passeron, Jean-claude. **Ofício de Sociólogo:** Metodologia da Pesquisa na Sociologia. 6. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007. 328 P. Isbn 9788532617750. Brandão, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante.** 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990-2011. 211 P. (Idéia e Ação) Isbn 85-11-07004-4. **Bibliografia Complementar:** Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Cortez, 2015. 304 P. Isbn 9788524913112. Trindade, Vitor; Fazenda, Ivani; Linhares, Célia (Org). os Lugares dos Sujeitos na Pesquisa Educacional. Campo Grande: Editora da Ufms, 1999. Demo, Pedro. Pesquisa e Construção do Conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

- **SEMINÁRIO DE PESQUISA II:** A pesquisa em Ciências Sociais: do referencial teórico à aplicação metodológica. Elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. A construção da identidade profissional: relações de gênero, classe e as representações socioculturais da profissão docente. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Goldenberg, Mirian. **a Arte de Pesquisar:** Como Fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. 14. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Record, 2015. 111 P. Isbn 9788501049650. Foucault, Michel. as Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes,





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

1999. Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico:** Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos. 7. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Atlas, 2015. 225 P. Isbn 9788597010664. Gil, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2008-2012. 200 P. Isbn 978-85-224-5142-5. Bibliografia Complementar: Demo, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1985. Bourdieu, Pierre. **a Miséria do Mundo.** [9. Ed.]. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 747 P. Isbn 978-85-326-1818-4. Bourdieu, Pierre; Chamboredon, J. C.; Passeron, Jean-claude. **Ofício de Sociólogo:** Metodologia da Pesquisa na Sociologia. 5. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2005. 328 P. Isbn 8532617751.

- **SOCIOLOGIA AMBIENTAL:** Fundamentos de sociologia ambiental. A discussão sociológica da problemática ambiental a partir da década de 1960. A crise da sociedade industrial e os conflitos sociedade/natureza. As interações biossocioculturais, os sócios-ecossistemas das comunidades tradicionais. Políticas públicas, as grandes obras e os consequentes deslocamentos populacionais. O labirinto da temática do desenvolvimento sustentável. Bibliografia Básica: Cavalcanti, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para Uma Sociedade Sustentável. 4ª Ed. São Paulo: Cortez; Recife, Pe: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Leff, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura. a Territorialização da Racionalidade Ambiental. Petrópolis, R,J: Vozes, 2009. Serres, Michel. o Contrato Natural. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. Carson, Rachel. Primavera Silenciosa. Trad. Claudia Sant'anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010. Hannigan, John. Sociologia Ambiental. Petrópolis, R.j., Ed. Vozes, 2009. Bibliografia Complementar: Ferreira, Leila da Costa. a Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil. São Paulo. Boitempo. 2003. Diegues, Antônio Carlos (Org). Biodiversidade e os Saberes Tradicionais no Brasil, Nupaub-usp, Cnpq: São Paulo, 1999. Ferreira, Lúcia da Costa. Conflitos Sociais e Uso de Recursos Naturais: Breves Comentários sobre Modelos Teóricos e Linhas de Pesquisa. In: Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política. V. 4. N.7. 2005. Menegaldo, Luciana Raffi; Pereira, Henrique dos Santos; Ferreira, Aldenor da Silva. Interações Socioculturais com a Fauna Silvestre em Uma Unidade de Conservação na Amazônia: Relações de Gênero e Geração. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, V. 8, N. 1, P. 129-151, Jan.-abr. 2013. Afonso, Cintia Maria. Sustentabilidade: Caminho ou Utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

- **SOCIOLOGIA DA CULTURA:** Cultura e sociedade. Problemas, objeto e método da Sociologia da Cultura. Cultura, relações de poder e organização social. Educação Ambiental. Bibliografia Básica: Thompson, Edward Palmer. a Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963. Weber, Max. **a Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo.** São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2006-2014. 335 P. Isbn 8535904700. Elias, Norbert. o Processo Civilizador. 2 Volumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Elias, Norbert. os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Mannheim, Karl. Sociologia da Cultura. São Paulo: Perspectiva/Editora da Usp, 1974. Bibliografia Complementar: Lahire, Bernard. a Cultura dos Indivíduos. Porto Alegre: Artmed, 2006. Bourdieu, Pierre. a Distinção: Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. Ortiz, Renato. Cultura e Modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1991. Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. **Dialética do Esclarecimento:** Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 1985-2014. 223 P. Isbn 85-7110-414-x.

- **SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO:** O campo e o objeto da sociologia. Vertentes clássicas do pensamento sociológico: enfoques teóricos e concepções de educação. A educação como processo social. Contribuições da Sociologia à Educação. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Foracchi, Marialice Mencarini; Pereira, Luiz. Educação e Sociedade. 9. Ed. São Paulo: Ed.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Nacional, 1978. Carnoy, Martin; Levin, Henry. Escola e Trabalho no Estado Capitalista. São Paulo: Cortez, 1987. Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2008. 213 P. Isbn 978-85-7753-164-6. Nogueira, Maria Alice; Catani, Afrânio (Org). Pierre Bourdieu - Escritos de Educação. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Forquin, Jean Claude: Sociologia da Educação: Dez Anos de Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995. Bibliografia Complementar: Freire, Paulo. **Educação e Mudança**. 34. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011. 111 P. Isbn 978-85-7753-170-7. Durkheim, Émile. Educação e Sociologia. 11. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. Gandin, Danilo. Escola e Transformação Social. Petrópolis: Vozes, 1988. Gadotti, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1995. Brandão, Carlos Rodrigues. **o que É Educação Popular**. São Paulo, Sp: Brasiliense, 2011-2012. 110 P. (Coleção Primeiros Passos ; 318). Isbn 85-11-00094-1.

- SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: Analisar as contribuições teóricas dos autores clássicos e contemporâneos da Sociologia da Religião, visando à compreensão de temas e aspectos concomitantes ao fenômeno religioso. Não obstante, promovendo uma iniciação de seus métodos, linguagens conceituais e suas perspectivas clássicas em torno do fenômeno religioso. Bibliografia Básica: Durkheim, Émile. as Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Weber, Max. **a Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2006-2014. 335 P. Isbn 8535904700. Nietzsche, Friedrich. o Anticristo & Ditirambos de Dionísio. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Thomas, Keith. Religião e o Declínio da Magia. São Paulo; Companhia das Letras, 1991. Eliade, Mircea. **o Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões**. 2. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2008. 191 P. (Coleção Tópicos). Isbn 978-85-336-2438-2. Bibliografia Complementar: Pierucci, Antônio Flávio. o Desencantamento do Mundo: Todos os Passos de um Conceito. São Paulo: Editora 34, 2003. Eliade, Mircea. o Mito do Eterno Retorno. Lisboa: Edições 70, 1963. Smith, Huston. **as Religiões do Mundo: Nossas Grandes Tradições de Sabedoria**. 4. Ed. São Paulo: Cultrix, 2009. 367 P. Isbn 9788-85-316-0687-8 Ferrarotti, Franco Et Al. Sociologia da Religião. São Paulo: Paulinas, 1990.

- SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: A emergência do Estado Penal e suas principais características no mundo. O conceito de violência institucional e suas diferentes abordagens. A construção das “novas classes perigosas” e o processo de criminalização da pobreza e do protesto social. O papel da violência institucional no regime de acumulação integral. Bibliografia Básica: Wacquant, Loic. as Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Korol, Cláudia (Org). Criminalización de La Pobreza Y de La Protesta Social. Buenos Aires: El Colectivo; America Libre, 2009. Serra, Marco Alexandre. Economia Política da Pena. Rio de Janeiro: Revan, 2009. Harvey, David. Neoliberalismo – História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Calveiro, Pilar. Violências de Estado – La Guerra Antiterrorista Y La Guerra contra El Crimen Como Médios de Control Global. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. Bibliografia Complementar: Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007. Garland, David. a Cultura do Controle – Crime e Ordem Social na Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008. Guimarães, Alberto. as Classes Perigosas – Banditismo Urbano e Rural. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2008. Cels (Centro de Estudios Legales Y Sociales). Derechos Humanos em Argentina: Informe 2007. Braga, Lisandro. Neoliberalismo e Criminalização do Lumpemproletariado nos Eua. Revista Educação e Mudança. N. 23, Ano 2010.

- SOCIOLOGIA LATINO AMERICANA (ARGENTINA CONTEMPORÂNEA): A transição do regime militar para a democracia burguesa. O caráter subordinado do Estado neoliberal. O processo de lumpemproletarização e a miséria social. A dinâmica das lutas sociais e o papel do lumpemproletariado. A radicalização da contestação social e as





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

transformações no aparato repressivo e suas ações. **Bibliografia Básica:** Braga, Lisandro. Classe em Farrapos – Acumulação Integral e Expansão do Lumpemproletariado. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013. Svampa, Maristella; Pereyra, Sebastián. entre La Ruta Y El Barrio – La Experiência de Las Organizaciones Piqueteras. Buenos Aires: Biblos, 2009. Carrera, Nicolás; Cotarelo, Maria Celia. La Insurrección Espontânea. Argentina Diciembre 2001. Soares, Laura. os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2009. Vitullo, Gabriel. Teorias da Democratização e Democracia na Argentina Contemporânea. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. **Bibliografia Complementar:** Artese, Matías. La Protesta Social Y Sus Representaciones En La Prensa Argentina entre 1996 Y 2002. Delamata, Gabriela. Los Barrios Desbordados – Las Organizaciones de Desocupados Del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 2004. Isman, Raúl. Los Piquetes de La Matanza – de La Aparición Del Movimiento Social a La Construcción de La Unidad Popular. Buenos Aires: Ediciones Nuevos Tiempos, 2004. Braga, Lisandro. Lumpemproletarização e Luta de Classes na Argentina. Revista do Cemop (Centro de Memória Operária e Popular). N. 3, Maio 2012. Perfis Latinoamericanos (Revista de La Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede México). N. 38, Año 19. Julio/Diciembre 2011.

- SOCIOLOGIA RURAL: Objeto de estudo da Sociologia Rural. Formação e desenvolvimento da sociedade rural brasileira: as relações campo-cidade e a questão agrária. Movimentos sociais no campo brasileiro: desigualdade e conflitos: inovação tecnológica na agricultura e as contradições ambientais e sociais. Globalização e ruralidade: os novos sentidos do rural. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Lamarche, H. (Coord.)(1993). a Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. Prado Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987. Medeiros, L. S. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989 Martins, José de Souza. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986. Graziano da Silva, J. o Novo Rural Brasileiro. Campinas: Unicamp, 2001. **Bibliografia Complementar:** Stédile, J. P. (Org.). a Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 1994. Freyre, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 51. Ed. Rev. São Paulo, Sp: Global, 2013. 727 P. [1] F. de Estampa Dob (Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil ; 1). Isbn 8526008692. Martine, G. os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo: Caetés, 1987. Abramovay, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: Hucitec, / Anpocs / Unicamp, 1992. Neves, Delma Pessanha; Silva, Maria Aparecida Moraes(Org.). Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil. Apresentação à Coleção e Introdução. São Paulo, Nead/Unesp, 2008.

- TEORIA ANTROPOLÓGICA I : A constituição da Antropologia cultural norte-americana e a Antropologia social britânica (funcionalismo e estrutural-funcionalismo). Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Malinowski, Bronislaw Kaspar. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1976. Castro, Celso. Franz Boas – Textos Seleccionados. 6. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Evans-pritchard, E.e. **os Nuer:** Uma Descrição do Modo de Subsistência e das Instituições Políticas de um Nilota. 2. Ed. São Paulo, Sp: Perspectiva 2008 276 P. (Coleção Estudos). Isbn 978-85-273-0192-3. Benedict, Ruth. **Padrões de Cultura.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2013 211 P. (Coleção Antropologia). Isbn 9788532645944. Mead, Margaret. **Sexo e Temperamento.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Perspectiva, 2011 316 P. (Debates ; 5). Isbn 9788527301770. **Bibliografia Complementar:** Stocking, George W. (Org.). a Formação da Antropologia Americana: 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto/Edufrj, 2004. Bianco, Bela Feldman (Org). Antropologia das Sociedades Complexas. São Paulo: Global, 1986. Moura, Margarida Maria. Nascimento da Antropologia Cultural: a Obra de Franz Boas. São Paulo: Hucitec, 2004. Turner, Victor Witter. **o Processo Ritual:** Estrutura e Antiestrutura. 2. Ed. Petrópolis, Rj:





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Vozes, 2013 199 P. (Coleção Antropologia). Isbn 9788532645456.

- TEORIA ANTROPOLÓGICA II: Escola sociológica francesa. Ritual, dádiva, corpo, gênero e poder na Antropologia francesa. O estruturalismo e o pensamento de Lévi-Strauss. Bibliografia Básica: Durkheim, Émile. as Formas Elementares de Vida Religiosa. São Paulo: Edições Pau-linas, 1989. Clastres, Pierre. **a Sociedade contra o Estado**: Pesquisas de Antropologia Política. Edição Compactada. São Paulo, Sp: Cosacnaify, 2012. 285 P. (Coleção Cosacnaify Portátil). Lévy-bruhl, Lucien. **a Mentalidade Primitiva**. São Paulo, Sp: Paulus Editora, 2008 460 P. (Coleção Estudos Antropológicos). Isbn 9788534928427. Levi-strauss, Claude. **o Pensamento Selvagem**. 12. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2015. 336 P., [4] P. de Estampas Isbn 9788530800833. Mauss, Marcel, Ensaio sobre a Dádiva. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo, Cosac e Naify, 2004. Bibliografia Complementar: Leiris, Michel. a África Fantasma. São Paulo: Cosac Naify, 2007. Levi-strauss, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo, Sp: Cosacnaify, 2008. 456 P. Isbn 978-85-7503-249-7. Grossi, Miriam Pillar; Cavignac, Julie Antoinette. Antropologia Francesa no Século Xx. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006. Godelier, Maurice. **o Enigma do Dom**. Rio de Janeiro, Rj: Civilização Brasileira, 2001. 333 P. Isbn 85-200-0545-4.

- TEORIA ANTROPOLÓGICA III: Antropologia hermenêutica. Pós-modernidade e Antropologia. Estudos pós coloniais. Novos campos, temas e teorias na Antropologia contemporânea. Bibliografia Básica: Clifford, James; Gonçalves, José Reginaldo Santos. **a Experiência Etnográfica**: Antropologia e Literatura no Século Xx. 4. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Ed. Ufrj, 2011. 281 P. Isbn 9788571082137. Geertz, Clifford. **a Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Rj: Ltc, 1989-2014. 213 P. (Antropologia Social). Isbn 8521610807. Bhabha, Homi K. **o Local da Cultura**. Belo Horizonte, Mg: Ed. Ufmg, 2014. 441 P. (Humanitas). Isbn 9788542300147. Strathern, Marilyn. **o Gênero da Dádiva**: Problemas com as Mulheres e Problemas com a Sociedade na Melanésia. Campinas, Sp: Ed. Unicamp, 2013. 530 P. (Coleção Gêneros & Feminismos). Isbn 9788526807211. Said, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente Como Invenção do Ocidente. São Paulo, Sp: Companhia de Bolso, 2018. 523 P. Isbn 9788535910452. Bibliografia Complementar: Barth, Fredrik; Lask, Tomke. **o Guru, o Iniciador**: e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro, Rj: contra Capa, 2000. 243 P. Isbn 8586011355. Hall, Stuart. **a Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Dp&A, 2011. 102 P. Isbn 8574903361. Magnani, José Guilherme Cantor; Torres, Lilian de Lucca. **na Metrôpole**: Textos de Antropologia Urbana. 2. Ed. São Paulo: Fapesp, 2000. 318 P. Isbn 85-314-0356-1 Memmi, Albert. o Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Geertz, Clifford. **o Saber Local**: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa. [12. Ed.]. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 366 P. (Coleção Antropologia) Isbn 978-85-326-4457-2.

- TEORIA POLÍTICA I: As principais teorias do Estado produzidas no âmbito da Ciência Política. A concepção marxista do Estado. A concepção weberiana do Estado. A concepção institucionalista do Estado. A concepção funcionalista do Estado. Princípios de Direitos Humanos. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Bibliografia Básica: Althusser, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Weber, Max. **Ciência e Política**: Duas Vocações. 16. Ed. São Paulo, Sp: Cultrix, 2010. 124 P. Isbn 978-85-316-0047-0. Carnoy, Martin. **Estado e Teoria Política**. 17. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2013-2014. 352 P. Isbn 978-85-308-0121-2. Marx, Karl. o Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Poulantzas, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977. Bibliografia Complementar: Bobbio, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 2013. 101 P. Isbn 9788511140668. Gramsci, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Poulantzas, Nico. o Estado, o Poder e o





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Socialismo. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. Bobbio, Norberto. o Marxismo e o Estado. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

- TEORIA POLÍTICA II: As principais teorias da democracia. A democracia Censitária. A democracia partidária e a representação política. Liberalismo e democracia. Socialismo e democracia. Democracia e partidos políticos. Bibliografia Básica: Dahl, Robert. a Democracia e seus Críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Macpherson, C. B. a Democracia Liberal. Origens e Evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Toqueville, Alexis. a Democracia na América. São Paulo: Itatiaia, 1998. Schumpeter, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984. Viana, Nildo. Estado, Democracia e Cidadania. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003. Bibliografia Complementar: Coutinho, Carlos Nelson. a Democracia Como Valor Universal. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. Costa, Maria Cristina. Democracia. São Paulo, Ática, 1986. Finley, Moses. Democracia Antiga e Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Bobbio, Norberto. **o Futuro da Democracia**. 11. Ed. São Paulo, Sp: Paz e Terra, 2011. 207 P. (Pensamento Crítico ; 63). Isbn 9788577530878. Bobbio, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 2013. 101 P. Isbn 9788511140668.

- TEORIA POLÍTICA III: As principais teorias políticas contemporâneas. Marxismo e neomarxismo. Pós-modernismo. Neoliberalismo. Teoria política contemporânea e cultura. Neoinstitucionalismo. Bibliografia Básica: Giddens, Anthony. a Terceira Via. Record, 1999. Gramsci, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Rj: Graal, 2010. 295 P. Harvey, David. **o Neoliberalismo: História e Implicações**. 3. Ed. São Paulo, Sp: Edições Loyola, 2012. 252 P. Isbn 978-85-15-03536-6. Debord, Guy. **a Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro, Rj: Contraponto, 2016. 237 P. Isbn 9788585910174. Bibliografia Complementar: Maffesolli, Michel. a Lógica da Dominação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Arendt, Hannah. **a Condição Humana**. 11. Ed. Rev. Rio de Janeiro, Rj: Forense Universitária, 2010-2013. 407 P. Isbn 978-85-218-0456-7. Laurell, Asa Cristina (Org). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortêz, 1995. Guattari, Felix; Rolnik, Suely. Micropolítica: Cartografias do Desejo. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986. Castoriadis, Cornelius. Socialismo ou Barbárie. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- TEORIA SOCIOLOGICA I : A Sociologia do Trabalho. A Escola de Frankfurt e a teoria crítica. Interpretação sociológica marxista pós-marx. O Marxismo analítico. Princípios de Direitos Humanos. Atividades práticas de ensino supervisionadas Bibliografia Básica: Antunes, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 6. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas. Sp: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 1985-2014. 223 P. Isbn 85-7110-414-x. Codato, Adriano; Perissinotto, Renato. Marxismo Como Ciência Social. Curitiba: Ed. da Ufpr, 2011. Gramsci, Antonio. os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Bibliografia Complementar: Benjamim, Walter. a Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: Textos Escolhidos/ Trad. de José Lino Grünnewald, Et Al. 2.Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores). Freitag, Barbara. a Teoria Crítica: Ontem e Hoje. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Lukács, György. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a Dialética Marxista. 2. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2012. 598 P. (Biblioteca do Pensamento Moderno). Isbn 978-85-7827-503-7. Castel, Robert. **as Metamorfoses da Questão Social**: Uma Crônica do Salário. 12. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015. 611 P. (Zero à Esquerda). Isbn 9788532619549.

- TEORIA SOCIOLOGICA II: O problema do indivíduo e a vida em sociedade. Escola de Chicago. Interacionismo Simbólico. Perspectivas analítico-compreensiva de sistemas e





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

funções sociais. Sociologia e Fenomenologia. Sociologia do conhecimento. Princípios de Direitos Humanos. Atividades práticas supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Mills, Wright Charles. a Imaginação Sociológica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. Goffman, Erving. **a Representação do Eu na Vida Cotidiana.** 20. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 273 P. (Sociologia). Isbn 9788532608758. Parsons, Talcott. Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira, 1984. Simmel, Georg. Sociologia/Organizador [Da Coletânea] Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1993. Merton, Robert King. Sociologia. Teoria e Estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970. **Bibliografia Complementar:** Habermas, Jürgen. Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Goffman, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Ltc, 1975 Schultz, Alfred. Fenomenologia e Relações Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Mannheim, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Giddens, Anthony; Turner, Jonathan H. **Teoria Social Hoje.** São Paulo, Sp: Ed. Unesp, 1999. 609 P. (Biblioteca Básica). Isbn 85-7139-261-7.

- TEORIA SOCIOLÓGICA III: Ação e estrutura na teoria sociológica contemporânea. Discussão sobre a chamada Sociologia Contemporânea, problematizando seus principais autores. A pós-modernidade na Sociologia. **Bibliografia Básica:** Giddens, Anthony. a Constituição da Sociedade. 2. Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003. Elias, Norbert. a Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Santos, Boaventura de Sousa. **Introdução a Uma Ciência Pós-moderna.** Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2010. 176 P. Isbn 85-7038-080-7. Bauman, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2016. 258 P. Isbn 8571105987. Bourdieu, Pierre. **o Poder Simbólico.** 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009-2010. 311 P. Isbn 978-85-286-9963-0. **Bibliografia Complementar:** Lévy, Pierre. Cibercultura. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009. Harvey, David. **Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** 25. Ed. São Paulo, Sp: Edições Loyola, 2014. 348 P. (Temas de Atualidade ; 2). Isbn 9788515006793. Santos, Boaventura; Marques, Maria Manuel L.; Pedrosa, João; Ferreira, Pedro L. os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas. Porto: Afrontamento, 1996. Giddens, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo.** [2. Ed.]. São Paulo, Sp: Ed. Unesp, 2011. 336 P. (Biblioteca Básica). Isbn 9788539302161. Jameson, Fredric. Pós-modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática, 1996.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Colegiado de Curso realizou estudo de impacto da nova estrutura curricular, analisando grupos de situações possíveis, e determina que a nova matriz curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/CPNV será implantada a partir do primeiro semestre do ano letivo de 2020, para todos os acadêmicos do Curso.

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as

políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Diaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quanto às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

A Diaaf realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas com Surdez priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Toda a comunidade acadêmica da UFMS pode fazer a solicitação à Diaaf por meio de preenchimento de formulário na página da Proaes. O mesmo ocorre com o público alvo da Educação Especial, por meio do preenchimento de formulário de “Atendimento Educacional Especializado”, ambos na página da Proaes. Entretanto, o atendimento também é prestado caso a solicitação ocorra pessoalmente, por email, ou mediante Ofício Interno (OI) com material a ser traduzido em anexo.

Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição.

Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução CNE/CP 1/2012).

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central, prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência.

No plano arquitetural, a Administração setorial, via Administração central, prevê investimentos para as adequações necessárias à acessibilidade, como instalação de rampas para acesso aos diferentes ambientes e implantação de rotas específicas para deficientes físicos e pessoas cegas. A administração do Câmpus e toda a equipe de servidores (técnicos e professores) estão empenhadas na melhoria do atendimento às pessoas com deficiência. O Câmpus de Naviraí conta com instalações adequadas para tal atendimento. Há rampas de acesso, elevador, sinalizações em braille nos corredores e nas portas das salas e piso tátil. Por fim, as pessoas com deficiência serão objeto de atenção especial do Curso tanto no que diz respeito ao espaço em que a Licenciatura se efetiva, quanto no plano pedagógico e nas ações do corpo docente e discente.





8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis déficits de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus alunos todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Projeto Pedagógico contemplou, nos diferentes níveis (matriz, ementa, metodologias e estratégias de ensino), o atendimento às temáticas relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental. Tal perspectiva se dá a partir do atendimento das diretrizes curriculares nacionais, da criação de componentes curriculares específicos, e ementas e estratégias de ensino que contemplem essas temáticas. Como característica essencial dos projetos, o PPC do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais incorpora de forma ampla e específica os temas em questão, visando promover o entendimento e a articulação das relações étnico-raciais, dos direitos humanos e da educação ambiental, concebidas enquanto direito humano fundamental, exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, complementada pelo Parecer CNE/CP 003/04.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 550, de 20 de novembro de 2018, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa. O Curso estabelecerá que um dos elementos norteadores da prática é a particularidade (cada grupo tem suas especificidades), por isso a avaliação diagnóstica se faz essencial e ocorrerá no início do semestre.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá:

- Apresentar a solução padrão e respectivos critérios de correção até a próxima aula da disciplina, após cada avaliação;
- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias letivos após a sua realização;
- Apresentar ou entregar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o término do período letivo; e
- Após trinta dias do término do período letivo, as provas poderão ser descartadas pelo professor da disciplina

Para cada disciplina cursada, o professor deverá consignar ao acadêmico uma Média de Aproveitamento (MA), na forma de graus numéricos com uma casa decimal de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento e da média de aproveitamento expressa em nota. O aproveitamento da aprendizagem será verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino. O número e a natureza dos trabalhos acadêmicos deverão ser o mesmo para todos os acadêmicos matriculados na turma.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo, contemplará as atividades avaliativas a distância, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um membro da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação interna, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 57, Coun, de 13 de Julho de 2017. O mandato de seus membros será de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

O formulário para avaliação encontra-se disponível no Siscad e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos acadêmicos. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desse questionário são coletados e serão utilizados para elaborar os Relatórios de Autoavaliação.

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios e analisar estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

O CPNV possui sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), que discute com a comunidade acadêmica, bem como aplica e analisa os dados de avaliação dos cursos de graduação (em todos os seus aspectos). De forma complementar e integrada, o Colegiado de Curso do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/CPNV promoverá periodicamente seminários internos e autoavaliação do curso por meio de questionários a serem aplicados aos acadêmicos e professores visando o acompanhamento do nível de qualidade, de satisfação e autorrealização da comunidade envolvida com o curso, podendo assim, redirecionar ações, se necessárias, para atingir os objetivos anteriormente fixados.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o instrumento de avaliação, disponibilizado via Siscad, sendo um instrumento sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam a oferta das disciplinas cursadas no semestre, do atendimento oferecido por parte da coordenação e da infraestrutura específica do curso e um instrumento mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (Seavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, e atendendo à orientação específica aprovada pelo Conselho de Graduação, por meio da Resolução nº 565, Coeg, de 11 de dezembro de 2015, as Atividades Complementares contempladas como componentes curriculares não disciplinares nos Projetos Pedagógicos de Curso deverão fazer constar em seus regulamentos até vinte por cento da carga horária para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Secretaria Especial de Avaliação Institucional é a unidade responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA), e Divisão de Apoio à Regulação e Avaliação (Dira), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

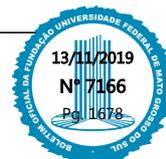
10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOVER)

As Atividades Orientadas de Ensino constituem estudos orientados por um docente, realizadas por um aluno ou grupo de alunos com o objetivo de aprofundar a compreensão de uma subárea da área de formação do curso. Caracterizam-se por serem estudos a partir de bibliografia da área (livros, artigos, vídeos, exposições, concertos, etc.) que aprofundam o entendimento do estudante de uma subárea da sua área de formação, satisfazendo algum centro de interesse. São atividades desenvolvidas de forma autônoma, fora do espaço da sala de aula.

O orientador destas atividades tem o papel de indicar leituras e atividades ao estudante, de discutir com ele as temáticas estudadas, tirando as dúvidas do estudante, orientando-o sobre quais procedimentos deve tomar.

Estas atividades envolvem trabalho de pesquisa ou de prática, mas podem envolver atividades experimentais ou de campo. Estas atividades deverão ser registradas por meio de Plano de Trabalho aprovado pelo Colegiado de Curso. O professor orientador deverá indicar ao Colegiado de Curso, ao final do período previsto no Plano de Trabalho, se o estudante cumpriu ou não os objetivos propostos.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em conformidade com seu regulamento, determina que os acadêmicos do curso devem cumprir 420 horas de atividades complementares.

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/CPNV privilegiará um ensino humanista, baseado na formação pessoal, acadêmica e profissional dos discentes. Nesse sentido, os Componentes Curriculares Não Disciplinares (CCND), dos quais as Atividades Complementares são parte integrante, deverão proporcionar o reconhecimento de habilidades e competências do corpo discente. O objetivo das Atividades Complementares é incentivar os acadêmicos a adquirirem habilidades e competências que, por sua natureza, não seria possível adquiri-las na universidade; elas podem envolver uma classe ou uma turma em um aprendizado orientado por um professor responsável.

As Atividades Complementares poderão ser dos seguintes tipos e funções, entre outras:

- estudos independentes, presenciais ou à distância; - iniciação científica; - monitoria; minicursos - viagens de estudo; - visitas técnicas; - trabalhos de conteúdos específicos, como projetos e monografias; - seminários, encontros, palestras, simpósios e similares; projetos de extensão e de pesquisa.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS, “o maior compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, cujos pressupostos básicos estabelecem um novo e diverso mercado de relações, novas formas de organização e de critérios e qualidades fortalecidas no ser humano. (...) É importante salientar que sua função política é fundamentada no diálogo horizontal universidade-sociedade para construção de uma universidade humanística”.

Esse conceito de extensão expresso pela UFMS leva a uma postura diante da sociedade em que o curso se insere, estimulando a função produtora de saberes que visam intervir na realidade como forma de contribuir para as mudanças sociais que certamente trarão melhorias para a população em geral.

Os projetos de extensão que poderão ter sua carga horária aproveitada como Atividades Complementares, conforme regulamento específico, terão, entre outras, as seguintes temáticas:

- ciclo de cinema;
- formação de professores em Gênero e Sexualidade;
- formação de professores em História e Cultura Indígena;
- gênero na escola;
- história e cultura afro-brasileira;
- relações étnico-raciais de gênero na escola.

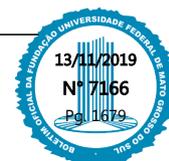
10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOUVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio no Curso de Ciências Sociais / Licenciatura Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Naviraí, é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do acadêmico para a atividade profissional, integrando os conhecimentos técnico, prático e científico dos acadêmicos, permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico/profissional.

O estágio obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cujo cumprimento da carga horária é um dos requisitos para a integralização do curso. O Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos cursos presenciais da UFMS foi aprovado pela Resolução nº 107, de 16 de junho de 2010. Além disso, baseado na referida resolução o





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

curso de Ciências Sociais também possui seu próprio regulamento de estágio.

O Estágio Obrigatório é inerente à formação dos futuros professores, compreendendo as atividades de observação e participação que os alunos realizam junto às instituições de educação básica, no ensino médio, conforme disposto nas Disciplinas de Estágio Obrigatório em Ciências Sociais, por meio do Projeto Pedagógico do Curso.

O estágio obrigatório deverá ser realizado junto à Disciplina de Sociologia, sendo que, no caso da concedente não oferecer carga horária disponível para estagiar em tal Disciplina, excepcionalmente e com autorização do Professor Orientador, o aluno poderá realizá-lo junto às Áreas de Filosofia, História e Geografia. No entanto, as atividades de regência deverão ser realizadas junto à Disciplina de Sociologia.

O estágio obrigatório pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho e que se concretizam na relação estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor orientador.

O estágio obrigatório é uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades acadêmicas constantes da matriz curricular do curso e tem como finalidade propiciar ao aluno reflexão contextualizada por meio da vivência sistemática e intencional da prática educativa.

São objetivos do Estágio Obrigatório:

a - Conhecer a realidade educacional na qual se insere o campo de atuação profissional do futuro professor;

b - Refletir sobre a prática à luz das teorias estudadas, propiciando o referencial teórico-prático necessário para que o futuro professor desenvolva uma postura crítica sobre a educação.

O estágio deverá ter acompanhamento efetivo do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio. Constituem campos de estágio obrigatório: Escolas de educação básica que atendam o Ensino Médio. No caso do estágio obrigatório, a responsabilidade da contratação de seguro poderá, alternativamente, ser assumida pela UFMS. O estágio curricular supervisionado promove a vivência da realidade escolar de forma integral, a participação em conselhos de classe/reuniões de professores, a relação com a rede de escolas da Educação Básica, mantendo-se registro acadêmico, havendo acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, e práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da Educação Básica.

Os estágios devem ser formalizados por instrumentos jurídicos celebrados entre a UFMS, a concedente e o acadêmico. A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o acadêmico e a concedente, com a interveniência obrigatória da UFMS, no qual serão definidas as condições para o estágio e o Plano de Atividades do Estagiário.

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

A forma de orientação e supervisão de estágio do curso de Licenciatura em Ciências Sociais é indireto. De acordo com a Resolução 107/2010 do Conselho de Ensino de Graduação (COEG), tal forma de acompanhamento do estágio dá-se por meio de contatos esporádicos com o estagiário e com o Supervisor de Estágio, entrega de relatórios e, sempre que possível, visitas aos campos de estágio.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais são incentivados à participação em diferentes atividades:

- Atividades de monitoria de ensino de graduação;
- Projetos de Ensino de Graduação (PEG);
- Programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação;
- atividades de extensão;





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- e. Atividades da Bolsa Permanência;
- f. Atividades articuladas com a comunidade;
- g. Participação em eventos.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado. A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo.

Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. O eixo das Dimensões Práticas propicia os conhecimentos advindos da experiência de Estágio, Atividades Complementares, Seminário de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, visto ser a relação teoria/prática fator fundamental para a formação do futuro educador, fazendo desses conhecimentos a base de sua prática, facilitando o processo de ensino aprendizagem.

Contudo, as atividades ligadas à práticas de ensino não são a mesma coisa que as atividades ligadas às disciplinas do eixo de formação prática previsto no Projeto Pedagógico do Curso, conforme definição do CNE supracitada. As práticas de ensino estão distribuídas de forma transversal nos programas das disciplinas especificamente teóricas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, bem como às pedagógicas e possuem carga horária total de 408 horas.

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

A Resolução nº 2, CNE/CP, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Neste documento é definido como deverá ser organizado a estrutura para os cursos de Formação inicial de Professores da Educação Básica, estabelecendo no artigo 13 § 1º a duração e a carga horária dos cursos, sem exigir a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para sua integralização.

Considerando que o Curso de Ciências Sociais da UFMS/CPNV tem por objetivo a formação inicial de professores de Sociologia do Ensino Médio e com uma visão abrangente do papel de educador, de sua capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares, bem como estar habilitado a desenvolver uma atitude permanente de atualização e aperfeiçoamento, o conjunto de docentes do Curso considera importante a realização de um TCC que articule ensino e pesquisa, bem como aprofunde temas importantes para a formação do futuro licenciado.

Além de contribuir com a formação inicial do professor, tornando-o um professor crítico, capaz de refletir sobre sua prática, a elaboração de um TCC possibilitará a continuidade de estudos em nível de Pós-Graduação.





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

Dessa forma, o TCC é uma exigência para a integralização do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura do UFMS/CPNV, realizado na forma de componente curricular não disciplinar, com carga horária de 34 horas e compreende a elaboração de trabalho de caráter técnico-científico que inclui a produção de uma monografia e/ou artigo escrito desenvolvendo um tema específico das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. O trabalho deverá ser realizado sob a orientação de um professor do Curso de Ciências Sociais do CPNV,

com a titulação mínima de mestre, podendo ser indicado um coorientador com a anuência do Colegiado do Curso. O TCC deverá ser

submetido à defesa pública para aprovação por uma banca composta pelo orientador (ou co-orientador) como presidente e por mais dois

membros titulares (internos ou externos ao CPNV/UFMS) também com a titulação mínima de mestre.

Os trabalhos de monografias e/ou artigos que realizem pesquisa envolvendo seres humanos ou animais deverão ser encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, órgão consultivo, educativo e fiscalizador reconhecido pela Reitoria através da Portaria 781, de 3 de dezembro de 1988, estando credenciado para exercer suas finalidades junto a Comissão

Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. (<https://propp.ufms.br/comite-de-etica-em-pesquisa-em-seres-humanos-2/>).

O Colegiado de Curso disponibilizará aos professores orientadores e orientandos uma ficha para cadastro do tema, plano de trabalho e

cronograma, bem como um manual de apoio à produção dos trabalhos de monografia e/ou artigo.

A normatização do TCC, incluindo objetivos, carga horária, formas de apresentação, critérios de avaliação, detalhes sobre orientação, co

orientação e coordenação estão especificadas no regulamento próprio do TCC disponível no site da

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí no link destinado ao Curso de Ciências Sociais.

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Para disciplina ofertada total ou parcialmente a distância, a produção de material didático será realizada pelo professor da disciplina em conjunto com a Equipe Multidisciplinar de Produção da Secretaria Especial de Educação a Distância - Sead, e validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Sead. Esse material didático deverá ser produzido e validado antes publicação da aprovação da oferta da disciplina.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais dispõe da infraestrutura necessária, que envolve:

- 1) Conjuntos de salas de aula;





Anexo da Resolução nº 607, Cograd, de 8 de novembro de 2019.

- 2) Laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades das disciplinas do curso e pesquisa;
- 3) Salas de apoio ao atendimento ao discente;
- 4) Dependências Administrativas;
- 5) Equipamentos para produção audiovisual;
- 6) Biblioteca com espaço reservado para estudos individuais;
- 7) Salas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid);
- 8) Cantina; e
- 9) Espaço para lazer.

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A incorporação dos avanços tecnológicos deve ocorrer na medida do desenvolvimento do curso e deve ser objeto constante de discussão com a comunidade acadêmica e professores do Curso, envolvendo material didático-pedagógico e os principais avanços tecnológicos na área de Tecnologia de Informação e da Comunicação ou outras Tecnologias Sociais. O curso conta com laboratórios de informática e recursos de mídia que já são disponibilizados no Câmpus, além das ampliações necessárias.

A incorporação dos avanços tecnológicos deve ocorrer a partir do planejamento, que deve ser suportado por três eixos: 1) Pelo plano de capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos para o uso de novas tecnologias no ensino; 2) Renovação dos equipamentos; 3) Disponibilização de tutoriais **on-line** para capacitação em serviço de docentes e servidores técnico-administrativos no uso de novas tecnologias.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos presentes no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais visam dar suporte ao estudante do curso e futuro educador para que se construam conhecimentos, habilidades e competências necessárias à sua formação. Projeta-se no estudante que o mesmo seja sujeito dessa construção a partir da sua participação nas atividades propostas em pesquisas, seminários e estágios, avaliando-se e complementando seu aprendizado e sua prática pedagógica ao longo da vivência acadêmica junto dos campos disciplinares de Sociologia, Antropologia e Ciência Política e campos disciplinares correlatos.

15. REFERÊNCIAS

- **BRASIL**, Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares para o Curso de Ciências Sociais, 2016.
- **BRASIL**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Perfil dos municípios (matriculas, docentes e rede escolar), 2016.
- **BRASIL**, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Sociais Anísio Teixeira – INEP, Censo Escolar, 2014.
- **CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**. Projeto Pedagógico de Curso. Câmpus de Naviraí – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2017.

